

SESSÕES DO PLENÁRIO

13ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de maio de 2012.

PRESIDENTE: DEP. LEUR LOMANTO JR. “1ª VICE-PRESIDENTE”

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar os seguintes projetos de lei de autoria do Poder Executivo: projeto de lei nº 19.824/12, projeto de lei nº 19.717/12 e projeto de lei nº 19.740/12.

Há o seguinte requerimento sobre a mesa: (lê) “Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 19.824/2012, Projeto de Lei nº 19.717/2012 e Projeto de Lei nº 19.740/12, todos de autoria do

Poder Executivo.”

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

Grande Expediente. Não há manifestação de orador inscrito no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Questão de ordem do nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Gostaria que V.Ex^a procedesse à verificação do *quorum*.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Pela ordem o deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Solicito a V.Ex^a que seja dado o tempo regulamentar, acionada as campanhas, convocados todos os parlamentares que estão em todos os espaços desta Casa para que compareçam ao Plenário para darmos segmento à presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- A solicitação de V.Ex^a será atendida.

Há uma questão de ordem solicitada pelo nobre deputado Paulo Azi.

Primeiro, peço a gentileza que abram o tempo de 15 minutos regimentais para que os Srs. Parlamentares possam marcar as suas presenças.

Há uma questão de ordem solicitado pelo deputado Paulo Azi. Os Srs. Parlamentares que estão nos seus gabinetes, no cafezinho, venham para o Plenário. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou Representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo - Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou Representante do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL, PRB, PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, pelo tempo de 10 minutos falará o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo, Líder do PSB, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias e telecunvintes da TV Assembleia, tenho

acompanhado, no dia de hoje, uma série de pronunciamentos proferidos aqui na Casa, de forma muito especial pelos deputados da Bancada de Oposição, que na tentativa de construir o seu discurso, percebo que ao invés de tentar acalmar os ânimos e colaborar para que a classe estudantil do nosso Estado não possa ser mais prejudicada, deputada Maria Luiza, até porque de todos, perdem todos, perdem o governo do Estado, os professores, a sociedade baiana, mas nesse momento quem mais perde é a classe estudantil.

Deputada Maria Luiza Laudano, estou me referindo a mais de 1 milhão de alunos espalhados por esses quatro cantos do nosso Estado, principalmente os secundaristas que estão na fase de conclusão para poderem ingressar na sua vida laboral. Nesse momento, há um prejuízo que talvez a essa altura dos acontecimentos, praticamente irrecuperável. Deputado Carlos Brasileiro, estamos nos referindo aos 50 dias sem aulas que estão praticamente comprometidos e sabemos que dificilmente a reposição de aulas poderá de uma certa forma devolver o conteúdo programático necessário para a conclusão do ano letivo.

O discurso da Oposição, de forma muito acalorada, tenta justificar esse momento querendo responsabilizar tão somente o governo do Estado por essa paralisação, deputado Carlos Brasileiro. Há nesse momento uma dificuldade, principalmente daqueles que estão na linha de frente do processo, de não perceber que não se trata, deputada Maria Luiza Laudano, de falta de boa vontade política, não falta interesse do governo em poder, até porque já tinha feito esse discurso aqui nesse momento. Qual é o governante, qual é o prefeito que não queria estar consagrado pelos braços dos seus servidores, de poder dar 30, 40% de reajuste a qualquer categoria profissional do seu Estado? É o desejo, o anseio, seria minimamente irracional perceber que essa de fato seria a grande vontade e a grande intenção do governador Jaques Wagner de poder conceder um reajuste mais expressivo, mais condizente com a realidade dos professores do Estado da Bahia.

Mas entre querer, deputado Joseildo Ramos, e poder há um abismo, que infelizmente acaba limitando. E por mais desejo que haja, isso tem sido uma situação enfrentada por diversos governadores, não é o caso só da Bahia. Tivemos recentemente uma greve no Estado de Minas Gerais, estado inclusive com uma arrecadação muito mais expressiva que a da Bahia, e lá por mais de 60 dias também se gerou um impasse dessa natureza. O Estado sergipano, o Estado do Rio Grande do Sul, enfim, diversas matrizes partidárias, diversos estados acabaram de enfrentar um movimento semelhante ao que aconteceu no Estado baiano por terem dificuldade de ordem orçamentária.

Estão aí a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o balanço, nobre deputado Paulo Azi, Líder da Bancada da Oposição, que traz números. E, a princípio, quem enxerga percebe que poderia haver algum nível de manobra quando ele coloca que, até então, só se gastou quase 21% dos recursos oriundos para a educação.

O deputado Paulo Azi sabe que o próprio ordenamento jurídico impõe que se deve gastar, pelo menos, 25% dos recursos com a educação. Mas nesses 25% estão embutidos custeio e investimento, não é só com o pessoal, deputada Maria Luiza

Laudano.

Há o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal que é de uma clareza celestial. Não existe, deputada Neusa Cadore, margem de manobra para se conceder um reajuste de 22,22%, infelizmente, e isso já foi colocado de forma muito clara pelo governo.

O governo tem disposição de negociar, de manter a negociação? Tem. Mas, efetivamente, os 22,22%, no momento atual, são inexecutáveis, não por força de vontade política, não por falta de desejo do governador, mas por limitações de ordem legal, financeira e orçamentária.

Até porque é importante que tenhamos a clareza de que na atual conjuntura econômica que o País vive, de um equilíbrio financeiro, em que de um ano para o outro, deputado Joseildo, praticamente, o PIB cresce de 1% a 2%, em que temos uma inflação que margeia 6% a 6,5% vai ser praticamente impossível se chegar a um reajuste de 22%.

Vejamos os professores da rede particular de ensino, que estão já em processo de paralisação, cobrando a reposição salarial e 3% ou 4% de ganho real. Essa tem sido a tônica do momento que vive o País, que é importante, de estabilidade econômica, com importantes avanços.

Então, dificilmente qualquer governo, mesmo que tenha boa vontade, vai poder conceder reajustes tão expressivos, como até podem merecer os professores, de 20%, 30%. Isso era de uma época em que a inflação atingia 25%, 30%. Aí sim, deputada Neusa Cadore, poderíamos falar em reajuste dessa natureza.

Mas na situação econômica de um País estabilizado, que tem um crescimento econômico privilegiado em razão da situação dos países da comunidade europeia, que tiveram uma redução do PIB anual a praticamente zero, o Brasil vem crescendo consolidado, porque essa é a nova realidade de ordem econômica que se impõe.

Então, dificilmente o governante, qualquer que seja ele, deputado Reinaldo Braga, vai poder conceder reajustes de 20%, 30%, 40% porque a realidade econômica não mais permite.

Estamos falando de um País que tem uma economia consolidada, com um PIB que cresce de ano a ano 2%, 3%, e nós damos graças a Deus quando alcança isso. E uma inflação consolidada num patamar de 6% a 6,5%, diferentemente do que era no passado, deputado Carlos Geilson, quando a inflação acabava corroendo os salários de um mês para outro. Aí, sim, poderíamos falar, talvez, num pseudoreajuste de 20%, 30%, 40%, porque havia uma inflação que acabava depreciando os valores.

Então, é uma realidade que precisa ser enfrentada, e a Oposição, embora no seu papel legítimo de contraponto, de fazer o papel do discurso de contraposição, tem que ter, neste momento, o bom senso que todos nós perdemos. E temos que ter a compreensão de que em vez de jogar lenha no fogo das emoções que estão acaloradas em ambas as partes...

Hoje, eu mesmo, aqui, na Assembleia Legislativa, em algum momento percebi a aflição do deputado Zé Neto, um momento tensionado, que acho que é legítimo.

Os professores podem posicionar-se, mas devem ter um limite e não partirem

para agressões de cunho pessoal e de ordem física, porque aí se perde a razão e o direito do pleito, da legitimidade.

A Casa é aberta, permite a presença constante das mais variadas lutas e correntes políticas do nosso Estado, mas não se pode perder o respeito pessoal, até porque aqui cada um tem a consciência exata de suas responsabilidades. E nós, neste momento, quando temos as dificuldades – e a Mesa teve a coragem de enfrentar e poder colocar, de forma franca, as limitações, principalmente neste momento –, nós temos de ser, também, respeitados em nosso ponto de vista assim como os deputados da Bancada de Situação.

Os governos passados, aqui, com muita tranquilidade, talvez, não tiveram as condições plenas também de poder dar os reajustes tão amplamente cobrados como foram sempre no passado. Havia limitações como existem hoje.

Digo mais, deputado Bruno Reis, evidentemente, a política é dinâmica. E os governos do futuro, também, terão este mesmo problema, até porque aqueles que, de forma extremamente irresponsáveis, queiram alimentar expectativas que, mantido o atual quadro de instabilidade política e econômica do nosso País, e possam, amanhã, aventar a possibilidade de dar reajustes acima ou muito acima de uma realidade inflacionária, é querer tapear a consciência dos professores e dos servidores públicos.

Infelizmente, esta é a realidade! Tenham a clareza e a consciência disso! Difícil de se dizer isso e como é difícil também para o governador. Quem não queria que, a uma altura desta, o governador já pudesse ter se sentado à mesa de negociação, a fim de ofertar um reajuste expressivo desta magnitude a seus professores?

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Mas, entre querer e poder, infelizmente, há um abismo que acaba limitando. Entendo que a Oposição, neste momento, poderia contribuir, de forma muito mais responsável e serena, para a solução deste impasse. Ao invés de jogar lenha na fogueira, a Oposição poderia tentar acalmar os ânimos neste momento, até porque existe hoje um grande prejudicado que são os mais de um milhão de alunos que estão, há 60 dias, praticamente, sem suas aulas e comprometendo o ano letivo do ano de 2012.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Por todo tempo, falará o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, que bom ouvir o esforço do deputado Gildásio Penedo, neófito nas bases do governo, pois ele tem dado uma folga ao Líder Zé Neto neste afã de prestar serviço ao governo e tenta jogar no colo da Oposição um problema que é do governo. O bode está na sala do

Palácio de Ondina. Não queira jogar no colo da Oposição este bode.

Não foi a Oposição quem assinou um acordo com os professores. Não foi a Oposição quem estimulou os professores a entrar em greve. Não é a Oposição quem está dilapidando os cofres públicos na distribuição de Redas e PSTs para ampliar a sua base. Não é a Oposição quem está inchando a máquina para atrair partidos para a sua base. Pelo contrário, a Oposição está serena, cobra diálogo do governo, cobra transparência.

Então, deputado Gidásio Penedo, V.Ex^a, aqui, tem feito este esforço e este contorcionismo para defender o governo. Isso é louvável. Gildásio Penedo deixou a Oposição e, hoje, está no colo e nas benesses do governo. Isto acontece em um momento da República. Nós entendemos isso. Quem jura amor a um partido hoje, amanhã já beija o escudo de um outro partido ou de uma outra agremiação partidária.

Deputado, acho que V.Ex^a foi de extrema infelicidade quando joga nas costas da Oposição um problema que é, exclusivamente, do Governo, de um governo insensível, intransigente e não aceita dialogar.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Nobre deputado Carlos Geilson, esta ação que o governo está fazendo... Bem, segundo o ex-deputado Eujácio Simões, “este não é o governo de todos nós, é o governo de todos os nós”, porque ninguém se entende. Eles deram um nó na educação naquele momento em que assinaram um termo de compromisso e não honraram este mesmo termo com os professores.

Então é o governo de todos os nós. Este é momento de todos os nós, pois é o momento em que quer assediar, quer conquistar partidos e quer conquistar parlamentares. Eu não sei para que tantos. Agora o PR está cedendo para a Bancada governista dois Srs. Parlamentares, exceto os deputados Sandro Régis e Elmar Nascimento. E já procura o governo trazer também o PSC.

Quero dizer a V.Ex^a que tive conhecimento de que um dos jornais deste Estado está desenvolvendo um jornalismo investigativo. E do pirão da conquista de parlamentares e partidos, logo após a sua concretização, a Bahia política e a comunidade baiana ficarão estarecidas quando tomarem conhecimento.

Um governo que não tem dinheiro nem sequer para dar um carro-pipa a um município da Bahia. Uma Comissão de Defesa Civil que de nada serve para combater a seca neste Estado. Um governo que em vez de, junto com o federal, tentar combater a seca e ajudar as vítimas dela, simplesmente se nega. O governador foge do Estado a todo instante. Quando essas negociações que estão aí para ser concretizadas vierem à tona, os professores e as vítimas da seca saberão qual o verdadeiro comportamento e a prioridade do PT baiano.

O Sr. CARLOS GEILSON- Muito obrigado, deputado Luciano Simões.

Esperei aqui o deputado Gildásio Penedo condenar que, no ano passado, se gastou quase 300 milhões com o PST. Esperei V.Ex^a condenar os quase 420 milhões de Redas. Esses Redas -não vamos dizer que se deve acabar -, se diminuir aí 80%, diminuindo o PST, sobrar dinheiro. Esse dinheiro vamos canalizar para a educação.

Esperei que V.Ex^a aqui fizesse esse discurso pedindo que o pão do REDA e do PST fosse repartido. Esperei, também, que condenasse o governo estadual por mandar um projeto a esta Casa em regime de urgência para criar cargos.

Vejam a insensatez! Vejam a estupidez! Pasmem, Srs. Deputados! Srs. Deputados, não tem dinheiro para dar a professor! Não tem dinheiro para investir na educação, saúde e segurança, mas terá para pagar o PR, através de distribuição de cargos para inflar a base governista. Então, esse é o contrassenso! É isso que não compreendemos!

Esperei que o deputado Gildásio Penedo - sensato, criterioso, um brilhante parlamentar que na Oposição, e a gente tem de reconhecer o valor de quem tem um tom enfático nas cobranças, quantas vezes subiu aqui a esta tribuna para, com justiça, bater neste governo - retomasse aquela discussão e não viesse jogar nos ombros da Oposição um problema que é do governo. Ora, 1 milhão de alunos fora da sala de aula! O governador viaja aos Estados Unidos para passar uma semana fora. Esperei que V.Ex^a aqui o condenasse, com a certeza de que o condenaria no passado. Esperei V.Ex^a cobrar que o governo estabeleça canal de negociação e não seja tão intransigente ao mandar cortar o Credicesta. Esperei de V.Ex^a, como um político sensato que é, condenar o corte do acesso ao Planserv. E que se compadecesse dos professores com os salários cortados, mães e pais de família passando por dificuldades. Esperei que usasse o discurso de Jaques Wagner de 2000, que condenou César Borges.

Ora, o que é a vida, meus caros colegas deputados e deputadas! Jaques Wagner condenou César Borges pela greve da PM de 2000. O mesmo Jaques Wagner condenou César Borges pela greve dos professores, em 2000. E eis que o, hoje, Jaques Wagner - e agora entendemos porque Wagner quer César Borges do seu lado - usurpou a forma de governar de César Borges. Chamou para si a forma tirana e autoritária que ele condenou; com a lucidez, naquele ano de 2000, ele condenou César Borges, e, hoje, ele atrai para si aquelas ideias conservadoras, ultrapassadas, retrógradas. Chama César Borges para sua base, numa forma de usurpar a forma autoritária de governar de César Borges. É necessário que entendamos porque hoje ele estão juntos no mesmo barco.

Deputado Gildásio Penedo, não queira V.Ex^a culpar a Oposição. Coloque a cabeça no travesseiro. Lúcido, como é, inteligente, há de entender, o problema é do governo.

Se V.Ex^a pegar uma dessas gravações, vai perceber que, em nenhum momento, nem eu nem os outros deputados incitamos a greve. Pelo contrário, temos cobrado a solução, pois entendemos que o Estado perde, os pais de família estão sofrendo, os alunos fora da sala de aula. A preocupação é de todos nós da Oposição, mas, cabe ao governo; também creio que alguns parlamentares estão preocupados, como a deputada Luiza Maia, que votou contra o governo, votou com o professores, que estejamos preocupados com essa situação, e venhamos reivindicar sensibilidade desse governo, que se está mostrando intransigente, insensível, radical, autoritário e totalitário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Não há orador.

Com a palavra o Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Reinaldo Braga:- Falará o deputado Paulo Azi por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Com a palavra o nobre deputado Paulo Azi por todo tempo.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, hoje esta Casa está reunida para apreciar um projeto do Poder Executivo que vem, Sr. Presidente, exatamente na direção de tudo aquilo que nós denunciávamos desta tribuna, quando da apreciação daquela solicitação de empréstimo da ordem de 700 milhões de dólares.

Dizíamos, naquela época, que o único motivo que fazia com que o governador, através das suas lideranças, rejeitasse as nossas emendas, emendas que vinham na direção de dar transparência na aplicação daqueles recursos, era o desejo implícito de, na realidade, se utilizar desses empréstimos não para promover ações de inclusão social, não para atender a obras na área de infraestrutura, não para ações de investimentos.

Este projeto que, agora, o governo encaminha a esta Casa, nada mais é do que a prova incontestável de que essas solicitações de empréstimos nada mais são do que artifícios utilizados pelo governo para rolar uma dívida que se mantém constante ao longo dos anos. O governo toma um empréstimo para pagar outro empréstimo. É uma rolagem clara, é um artifício claro de rolagem da sua dívida seja com o governo federal, seja com os organismos internacionais. Imagino que, agora, o governo, pressionado pelo governo federal, pelo Senado da República para honrar os seus compromissos, Sr. Presidente, foi forçado... Foi exigido do Estado da Bahia que estivesse explícito, que estivesse claramente demonstrada no texto legal a real intenção desse endividamento para o pagamento da dívida que este Estado tem com o governo federal. É essa a intenção do projeto que esta Casa, mais uma vez, de maneira silenciosa, sem nenhum debate, sem nenhum questionamento, sem ouvir as comissões temáticas, que deveriam se pronunciar previamente acerca dessa matéria, vai votar na noite de hoje.

É assim que está a nossa Bahia, a nossa querida Bahia. A sensação que temos é a de abandono! A Bahia está entregue ao Deus dará, deputado Luciano Simões. O governador teima, insiste em se ausentar. O governador não senta na cadeira para governar, para administrar! É por isso que a Bahia, cada vez mais, ostenta as páginas, as manchetes nacionais com índices que só fazem denegrir a nossa imagem.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- Ouço V. Ex^a, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Paulo Azi, o governador do Estado, realmente, está devendo muito à Bahia, a esse povo que o reelegeram com grande margem de votos. O governador deveria ter um pouco de respeito com a comunidade que acreditou nele.

No dia de ontem, o deputado Adolfo Menezes e outros deputados da Microrregião de Senhor do Bonfim protestaram, levaram um abaixo-assinado ao governo do Estado, ao Ministério do Trabalho e a todos os órgãos competentes que estão envolvidos na mineração do Estado da Bahia. Pasmem, deputado Paulo Azi, que 50 mil baianos que sobrevivem da mineração da Serra da Carinaíba estão, hoje, desempregados, passando fome, passando por dificuldades para sobreviver. A mineração foi fechada sem uma justificativa plausível para aquela comunidade.

O governador do Estado, que veio às escondidas no domingo à noite, quando deveria retornar no dia 2 de junho. Chegando ao Estado da Bahia viajou a Brasília e eu não falo agora só do governador, o chefe da Casa Civil, o secretário de Indústria e Comércio, a CBTM, o DNPM, o Ministério do Trabalho, ninguém dá uma resposta àquela comunidade, deputado Adolfo Menezes. São 50 mil baianos em dificuldade de sobrevivência, sem falar da seca que se abate sobre a região de Pindobaçu e de Senhor do Bonfim. Simplesmente o governo de todos nós não dá uma satisfação a 50 mil famílias baianas que estão hoje ao desamparo não só pelo desemprego, mas também pelo castigo inclemente da seca.

O Sr. PAULO AZI:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Luciano Simões. O deputado Adolfo Menezes faz sua obrigação, cumpre com o seu dever de parlamentar preocupado com aquela região sofrida do Semiárido, mas, infelizmente, deputado Luciano Simões, o nobre deputado Adolfo Menezes não vai ter sucesso na sua tentativa, porque ele, infelizmente, enfrenta um governo insensível. Existe uma insensibilidade, uma falta real de interesse em resolver os problemas que afligem o nosso Estado.

Veja V.Ex^a o que ocorre com os efeitos causados pela seca, o governo se limita a ir ao governo federal solicitar recursos. E a pergunta que não quer calar: onde estão os recursos do Estado? Será que é aceitável que nos primeiros 4 ou 5 meses do ano esse governo só tem aplicado em ações de combate à seca, pouco mais de 9 milhões de reais. O Estado tem um orçamento da ordem de 26 bilhões de reais e aplica 9 milhões no combate à seca. Portanto, é um governo insensível, deputado Luciano Simões, que não se preocupa em enfrentar os graves e reais problemas que afligem a nossa população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder do Governo ou do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Por todo tempo falará o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo por todo o tempo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado e companheiro da Bancada do Governo, Srs. Deputados, imprensa, aqueles que nos ouvem pela TV Assembleia, os que estão nos gabinetes, assessores, enfim, todos os que podem neste momento entrar em comunicação com o Plenário da Assembleia, ouvindo e lendo o discurso da Oposição em relação ao governador Jaques Wagner, convenço-me a cada dia e a cada sessão de que o discurso político cada vez mais, principalmente da Oposição, está permeado de uma imaginação fértil, que não consegue enxergar absolutamente nada de real nesta nossa Bahia.

Vejam agora o que acabamos de ouvir, a seca, realmente, está assolando a Bahia e tem trazido grandes problemas para as nossas populações do interior. Todos os deputados desta Casa que andam, sobretudo, na região do Semiárido, constataam, realmente, que o povo está precisando de assistência e da presença do governo.

Pela descrição que fazem os deputados da Oposição, parece que o governador Jaques Wagner é responsável pela suspensão dos índices pluviométricos da Bahia. Outro dia, ouvindo um colega, pensei: “O governador Jaques Wagner agora é São Pedro? Ele tem a chave do céu para mandar chuva para aqui e para acolá?” Sabemos que o problema da seca é histórico neste País. Todos sabemos que o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca foi criado em 1909; a Sudene, criada 50 anos depois, tem entre seus quatro eixos fundamentais a ação no Semiárido para o combate à seca, criando também toda uma política para o desenvolvimento regional.

Depois de 40 anos com um determinado grupo político dominando a Bahia, exceto rápido intervalo da presença do Dr. Waldir Pires, quer-se que o governador Jaques Wagner, governo do PT e dos nossos aliados possam resolver todos os problemas da Bahia com relação aos recursos hídricos. É claro, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, que isso não será possível. Mas muitas ações estão em andamento, são R\$ 193 milhões que o governo do Estado, neste momento, investe em parceria com o governo federal para criar soluções de curto e longo prazos. Na região de Vitória da Conquista, por exemplo, todos acompanharam pela televisão, um município com quase 340 mil habitantes; uma cidade com praticamente 280 mil habitantes, tem o seu fornecimento de água, neste momento, racionado. Mas por quê? Porque as duas únicas construções que lá foram feitas para abastecer Vitória da Conquista e mais alguns municípios próximos aconteceram em 1985, ou seja, a Barragem da Água Fria I e Barragem da Água Fria II.

De lá para cá não houve, infelizmente, nenhuma intervenção do governo do Estado. É por isso que somente agora, com o governador Jaques Wagner, a Embasa, que seria privatizada no governo anterior, começou a desenvolver um estudo para construirmos lá uma terceira barragem, orçada na faixa de R\$ 130 milhões a 150 milhões. Os recursos já estão sendo pactuados, viabilizados, para nós construirmos ali um grande reservatório. Em seguida, fornecer água para Vitória da Conquista, povoados, distritos vizinhos e outros municípios.

Da mesma forma, deputado Marcelino Galo, V.Ex^a, que acompanhou a nossa luta, no Incra, para conseguirmos água para os assentamentos rurais entre Encruzilhada e Vitória da Conquista, somente agora, com a intervenção do governo

federal e uma parceria com o governo municipal, lá está chegando uma adutora no valor de, aproximadamente, R\$ 6 milhões para fornecer água aos assentados nessa importante região.

Como esta solução, praticamente em toda a Bahia estão surgindo alternativas para, em curto prazo, acudirmos a nossa população e ao mesmo tempo construirmos uma infraestrutura que realmente sinalize para uma convivência e uma sustentabilidade dessa população nos momentos de crise, nos momentos em que a seca abate.

Nesse contexto queremos falar, também, sobre a adutora do algodão. A pergunta é: por que ela não foi pensada há 10 anos atrás, há 15 anos atrás? Somente agora no governo do presidente Lula e do governador Wagner está se fazendo essa grande adutora que vai levar água para praticamente 30 cidades. O potencial dela, uma vez construída essa adutora, pode fornecer água para as cidades no entorno dos principais centros que ela vai abastecer, como Caitité, Guanambi, descendo também o corredor para Rio do Antônio e para outros municípios vizinhos. Então, dizer que o governador Jaques Wagner é o responsável pela seca é até, eu diria, do ponto de vista religioso, uma heresia. Porque está atribuindo a um homem o poder milagroso de controlar fenômenos extraordinários que, neste contexto da mundialização, sofre também as consequências do meio ambiente e de toda essa transformação global pela qual o mundo vem passando, o aquecimento global, e que as vezes a Caatinga acaba sofrendo.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Por tudo isso, acho que é um discurso que precisa demonstrar cientificamente onde está a responsabilidade de cada um. Politicamente, as ausências, as lacunas, o descompromisso de governos do passado que, infelizmente, a Oposição, hoje, esquece, só vê exclusivamente o governo do Estado.

Vou conceder um aparte ao deputado Carlos Geilson, ele que tem um tempo extraordinário no horário da Oposição. Aliás, todos os dias tenho assistido V.Ex^a, de forma permanente, nesta tribuna, falar sobre vários assuntos. Já estou concluindo, mas diante do comportamento educado, sempre estimulador para o debate, concedo a V.Ex^a alguns segundos.

O Sr. Carlos Geilson:- Excelência, serei rápido. Agradeço a forma cordata de V.Ex^a. Quero dizer que a Oposição nunca disse que a culpa da seca é do governador Jaques Wagner, a culpa de Wagner é não preparar o Estado para o enfrentamento da seca. A seca é um fenômeno e ninguém pode ser responsável pelas intempéries do tempo. É só para aclarar V. Ex^a que, no afã de tentar defender o governador, acabou cometendo esse pequeno deslize que não é comum V.Ex^a cometer. Mas é um ser humano e de vez em quando comete erros. Não tem quem não erre na vida.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Agradeço. Mas veja V.Ex^a que há mais de 100 anos que vem se preparando o Semiárido para a seca, desde 1909. A Sudene, que foi fechada, extinta por um governo federal, e foi o presidente Lula que a recriou. É bom lembrar aqui aos amigos deputados, porque parece que, de repente, vai se esquecendo do passado. Mas V.Ex^a tem razão no sentido de se preparar, mas não vai ser em uma

gestão, em apenas um governo que vai se preparar as condições de infraestrutura para que o sertanejo, nos momentos de dificuldade, encontre o amparo da natureza.

Tenho certeza que esse processo será acelerado agora, a partir dessa crise. O governador Jaques Wagner já sinalizou muito claramente que obras estruturantes serão construídas para que tenhamos, no futuro, sim, uma situação muito melhor do que essa que nós estamos enfrentando, herança de alguns anos de governo que Wagner não tem, absolutamente, culpa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar Democratas/PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o Líder da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, por todo tempo falará o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, demais presente nas Galerias, há alguns meses, no início do meu mandato, cheguei a esta tribuna e disse que muitas vezes iríamos de encontro uns aos outros, mas no que tange ao debate de estabelecer o contraditório, mas nunca tentando atingir o pessoal, a família, a idoneidade, por exemplo, da deputada Maria Luiza, ou de qualquer um dos colegas. Falei isso há mais de um ano.

Estive hoje na Presidência, pela manhã, com o deputado Marcelo Nilo, e disse que, muitas vezes, temos que tentar, ele como presidente da Casa, justamente colocar um certo ritmo neste Plenário. E hoje sabemos o que aconteceu aqui: um discurso que, às vezes, passa do tom e começa a atingir o pessoal. Já conversei sobre isso com alguns colegas: acho que temos que tomar uma medida, no coletivo, contra o deputado ou deputada que acabar passando dos limites, atingindo a moral, a família, o pessoal, pois isso é falta de decoro.

Acho que precisamos conversar. Já sugeri algumas vezes aqui que tivéssemos um Colégio de Líderes para que pudéssemos discutir atitudes desse tipo, porque acredito e tenho certeza que se não for tomada uma medida as coisas vão chegar à agressão física nesta Casa. Estou falando isso hoje, dia 29 de maio. Esta Casa precisa tomar medidas que inibam esse tipo de comportamento.

Existem aqui deputados e deputadas votados em toda a Bahia, temos o contraditório aqui. Vamos estabelecer que A é adversário de B, C é adversário de D em tal lugar, mas, pelo amor de Deus, a educação tem que preponderar em qualquer Casa Legislativa, porque a partir do momento em que se parte para o pessoal, para uma agressão familiar!... Quero saber se alguém que tem o temperamento um pouco

mais acalorado vai suportar esse tipo de comentário.

Acho que não precisamos disso. Temos que discutir aqui estabelecendo o contraditório nas ideias. Penso diferente de Carlos Geilson, de Deraldo Damasceno, mas o debate tem que ser de ideias e não pessoal, com agressão pessoal, tentando desmoralizar A, B ou C, contando mentira ou falando a verdade. Há coisas que não se atinge.

Temos que tirar isso desta tribuna. Não se pode começar com esse tipo de ilações, de questionamentos, de adjetivos. Acho que esta Casa é muito superior a isso e tenho certeza, deputado Marcelo Nilo, que V.Ex^a, que nesses 5 anos sempre tem conduzido muito bem os destinos desta Casa, não deixará que aconteça alguma agressão física e que tentará diminuir o calor das emoções e tirar de uma vez dessa tribuna os adjetivos que desmoralizam qualquer parlamentar desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Gostaria de saudar, neste início de noite, o deputado federal Antônio Brito, do PDT, em visita a esta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em discussão única o projeto de lei nº 19.824/2012, que está em regime de urgência, de autoria do Poder Executivo, que altera o artigo 1º e seu parágrafo único da Lei nº 12.571, de 22 de março de 2012.

PROJETO DE LEI Nº 19.824/2012

Altera o art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 12.571, de 22 de março de 2012.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA , faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - O art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 12.571, de 22 de março de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o valor equivalente a US\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), na modalidade Development Policy

Loan - DPL (Empréstimo para Desenvolvimento de Políticas Públicas), observadas as condições e as exigências dos órgãos Federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão de garantia da União.

Parágrafo Único - *Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao fortalecimento de programas estruturantes, relativos aos esforços da inclusão social e produtiva, ao desenvolvimento de infraestrutura social, físico e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia - PROINCLUSÃO e ao pagamento de dívida interna com a União”.*

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar a matéria, com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr Presidente, neste momento, inicio a leitura do parecer.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 19.824/2012, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera o art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 12.571, de 22 de março de 2012.*

Apresenta, o Exmº Sr. Governador do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora venho relatar, alterando o art. 1º e parágrafo único da Lei nº 12.571/2012.

A referida lei autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, até o valor de US\$ 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares americanos), “destinados ao fortalecimento de programas estruturantes, relativos aos esforços da inclusão social e produtiva, ao desenvolvimento de infraestrutura social, física e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia – PROINCLUSÃO”, conforme estabelece o parágrafo único do art. 1º.

Ocorre que se faz necessária a alteração do caput do referido artigo e seu

parágrafo único, com o objetivo de “ajustar a Lei Autorizativa vigente no sentido de informar a modalidade ‘Development Policy Loan – DPL – Empréstimo para Desenvolvimento de Políticas Públicas’ para a operação de crédito acima aludida, bem como acrescentar, à destinação dos recursos, o pagamento de dívida interna com a União”, segundo registra a Mensagem Governamental que acompanha a proposição.

Cuida, portanto, o projeto, de promover uma necessária adequação do texto legal, de modo a tornar mais clara a destinação dos recursos. A proposição recebeu 4 emendas, todas de autoria da Liderança da Minoria, as quais passo a analisar.

A emenda nº 1 determina a publicação pelo Poder Executivo, no Diário Oficial e na internet, de um plano de aplicação dos recursos resultantes da operação de crédito, detalhando projetos/atividades, elementos de despesas, ações de investimentos, metas, população beneficiada e municípios atendidos. A emenda não merece acolhimento, tendo em vista sua desnecessidade. A Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo às determinações constitucionais relativas à transparência e publicidade dos atos da Administração Pública, já prevê instrumentos que conferem transparência à gestão fiscal, quando determina que a Administração Pública deve:

1) disponibilizar, para consulta e análise, dos cidadãos e instituições da sociedade, no Poder Legislativo e no respectivo órgão técnico responsável pela sua elaboração, as prestações de contas do Chefe do Poder Executivo, durante todo o exercício (art. 49, caput);

2) realizar audiências públicas, ao final dos meses de fevereiro, maio e setembro na Comissão referida no §1º, do art. 166 da Constituição Federal, ou equivalente, nas Assembleias Legislativas, durante as quais o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre (§4º, art. 9º);

3) divulgar, amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os instrumentos de transparência da gestão fiscal, incluindo os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal (art. 48, caput).

Além disso, o Estado da Bahia, por conta de um compromisso com a democratização da gestão pública, possui o Transparência Bahia, que é um instrumento de consulta e acompanhamento da aplicação dos recursos do Estado, através do qual já divulga na internet todas as informações referentes às receitas, despesas e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo ser consultados, ainda, os pagamentos feitos pelo Estado às empresas ou pessoas físicas fornecedoras ou prestadoras de serviço e em que esse recurso foi aplicado. Opino, portanto, pela rejeição da emenda.

A emenda nº 2 propõe a supressão do parágrafo único do art. 1º. Opino pela rejeição. De início, cumpre esclarecer que o referido dispositivo, com a nova redação, delimita a aplicação dos recursos resultantes da operação de crédito no fortalecimento de programas estruturantes relativos aos esforços da inclusão social e

produtiva, ao desenvolvimento de infraestrutura social, físico e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia - PROINCLUSÃO, bem como ao pagamento da dívida interna com a União. Assim, a sua supressão desnaturaria a Lei nº 12.571/12, uma vez que não se estará definindo onde serão aplicados os recursos oriundos da operação de crédito externo já autorizada. Dessa forma, considerando indispensável a previsão da destinação dos recursos, a presente emenda não deve ser acolhida.

A emenda nº 3 inclui um artigo ao projeto autorizando o Poder Executivo a destinar recursos resultantes da operação de crédito prevista na Lei nº 12.571/2012 para o pagamento de salários do magistério de ensino fundamental e médio. Opino também pela rejeição, considerando que a contratação de operação de crédito externo não pode ser destinada para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista. Até porque esta é uma despesa de caráter continuado, que não pode ser paga com sucessivos empréstimos. Ao contrário, deverá ser prevista na Lei Orçamentária, obedecidos os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, conforme conceitua o art. 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a receita oriunda de empréstimos é classificada como receita de capital, devendo ser utilizada para adimplir as despesas com investimentos, inversões financeiras e transferência de capital. Por isso tais receitas não deverão custear as despesas com pessoal, de caráter continuado.

A emenda nº 4 pretende a inserção de um artigo obrigando o Poder Executivo a divulgar na internet o programa de trabalho, detalhando as áreas temáticas, programas, ações e metas relativas ao PROINCLUSÃO, bem assim o detalhamento da dívida interna com a União e a ser paga, indicando tipo da dívida, valores e exercício correspondente. Opino pela rejeição, considerando que a emenda é desnecessária, porque o Estado da Bahia possui o Programa Transparência Bahia, em atenção às determinações constitucionais relativas à transparência e publicidade dos atos da Administração Pública.

Por outro lado, a Lei nº 12.504, de 29 de dezembro de 2011, que instituiu o PPA 2012-2015, previu um novo instrumento de acompanhamento da execução dos Programas constantes do Plano Plurianual, através do envio à Casa Legislativa de relatórios parciais desta execução, bem como a divulgação destes relatórios na internet, para facilitar o acesso da sociedade a esses dados. Assim, diante das medidas que vem sendo adotadas para garantir a consulta e o acompanhamento da aplicação dos recursos do Estado, a presente emenda mostra-se desnecessária.

Ante o exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 19.824/2012 na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2012.

Deputado Gildásio Penedo Filho

Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões o parecer do nobre relator, deputado Gildásio Penedo Filho. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

(Alguns deputados se manifestam no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está aprovado. Esperei. Posso apenas registrar os votos contrários dos deputados Sandro Régis, Luciano Simões, Bruno Reis e Carlos Geilson.

O parecer foi aprovado. Fiquei esperando. Quero a compreensão de V.Ex^{as} porque fiquei esperando.

Antes da discussão, gostaria de solicitar aos deputados Zé Neto e Paulo Azi a indicação de oito membros proporcionais às Representações Partidárias para que, no prazo máximo de 30 dias, tragam uma proposta para a instalação do Conselho de Ética.

É impossível continuarmos nesta Casa sem um Conselho de Ética, sem a devida punição para deputados. A única punição é a cassação. É o único Parlamento do mundo em que é impossível cassar, suspender (Palmas!). É óbvio que é uma atitude suprapartidária, mas é impossível continuarmos com deputados agredindo os colegas e não termos qualquer mecanismo para inibir ou punir.

Portanto, deputado Paulo Azi, peço que no prazo máximo de 48 horas V.Ex^a indique dois membros e o Líder do governo, seis. Sobre a presidência, peço que seja indicado um deputado experiente.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Reinaldo Braga?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode ser o deputado Reinaldo Braga, Gildásio Penedo Filho. Depende de V.Ex^{as}. Contanto que seja um deputado experiente. Não que os novos não possam ser indicados. Estou sugerindo que os oito deputados escolham o presidente, mas coloquem um parlamentar sensato, que tenha noção exata da responsabilidade.

O deputado Reinaldo Braga atende a todos os requisitos, assim como Gildásio Penedo Filho, Alan Sanches, Sargento Isidório, Zé Raimundo, Carlos Geilson. Todos preenchem. Só estou sugerindo que seja um deputado experiente para que tramite com mais rapidez, porque quero solicitar no prazo máximo de 30 dias a proposta para a instalação do Conselho de Ética.

V.Ex^{as} têm um prazo máximo de 48 horas para indicar os membros: seis da Maioria, dois da Minoria. Os suplentes também são proporcionais, ou seja, três para a Maioria e um para a Minoria. Poderá ser o deputado Alan Sanches, que é experiente, pois já foi presidente da Câmara de Vereadores.

Deve ser alguém que saiba da importância desse projeto, porque às vezes há algum deputado que não lida com a área ou está envolvido com candidatura a prefeito, com movimentos reivindicatórios no interior do Estado e não dará prioridade. Quero que seja em, no máximo, 30 dias.

Gostaria de registrar a presença do meu querido amigo ex-deputado Paulo

Dapé, que nos honra com sua visita.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. da Imprensa, funcionários, os que me ouvem na Bahia e no Brasil, gostaria de fazer menção à palavra de Deus que se encontra no livro I Coríntios 1:18 a 25, que diz: “Porque a palavra da cruz é deveras loucura para os que perecem; mas para nós, que somos salvos, é o poder de Deus. Porque está escrito: Destruirei a sabedoria dos sábios, e aniquilarei a sabedoria o entendimento dos entendidos. Onde está o sábio? Onde está o escriba? Onde o questionador deste século? Porventura não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo? Visto como na sabedoria de Deus o mundo pela sua sabedoria não conheceu a Deus, aprovou a Deus salvar pela loucura da pregação os que creem. Pois, enquanto os judeus pedem sinal, e os gregos buscam sabedoria, nós pregamos a Cristo crucificado, que é escândalo para os judeus, e loucura para os gregos, mas para os que são chamados, tanto judeus como gregos, Cristo, poder de Deus, e sabedoria de Deus. Porque a loucura de Deus é mais sábia que os homens; e a fraqueza de Deus é mais forte que os homens.”

Queridos deputados e deputadas, o jornal *Metrópole*, que está nas minhas mãos, traz, durante toda esta semana, suas mensagens democráticas, porém esdrúxulas, mentirosas. E aqui na frente está escrito: “Cura ou Loucura?” E eu responderia de imediato à Bahia, ao Brasil e a essa empresa de publicidade que são os dois, cura e loucura. Porque na Bíblia está escrito que o Evangelho é loucura aos olhos dos que perecem. O Evangelho de Cristo é loucura aos olhos dos que perecem.

Eu sou prova do poder de Deus. Nunca escondi que sou ex-usuário de drogas, ex-homossexual, ex-planejador de assalto, ainda dentro da Polícia Militar, 18 anos atrás. E sobre cura, posso deixar dito aqui que, mais ou menos há 18 anos, não falava e não andava, Pastor José de Arimatéia. Eu não falava porque estava ferido com o vírus da Aids; não andava porque estava ferido com o vírus da Aids, porque eu fazia parte do grupo de risco.

Como drogado, como homossexual e como bandido eu fazia parte do grupo de risco. Porém, 18 anos após, pelo poder da Palavra de Deus, eu fui liberto por Cristo Jesus. E neste Livro que produz vida está escrito que se o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livre. Aqui está escrito que se alguém está em Cristo, nova criatura é, as coisas velhas se passaram e tudo se fez novo. Por fim, também está escrito: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.”

Portanto, senhores, acho lamentável que um instrumento da imprensa, um meio de comunicação conhecido, cujo proprietário também é político, além de ser comunicador, e deveria ser experiente, é político, empresta ou vende o seu equipamento de imprensa de maneira sórdida. E não sabemos o que está por trás de tudo isso aqui quando assaca contra uma entidade de 18 anos, que recupera dependentes químicos, onde resido, inclusive, com a minha esposa e meus filhos, também visitado pelos meus netos.

A indignidade é tanta que o Sr. Proprietário desse jornal não conhece aquela

obra social, nunca foi lá. Se ele conhecesse, tenho certeza de que ele não venderia ou não emprestaria – não posso afirmar o que está acontecendo por detrás da sordidez – mas tenho certeza de que se o senhor dono, editor desse jornal, fizesse como fizeram o governador do Estado; o presidente desta Casa Marcelo Nilo; o Sr. César Lisboa, secretário de Relações Institucionais; o pastor que preside a Comissão de Saúde, deputado José de Arimatéia, e a própria Comissão; o comandante-geral da PM; o secretário Carlinhos Brasileiro, que hoje nos honra como deputado nesta Casa; tantos outros deputados e outras autoridades; o senador Walter Pinheiro; a senadora Lídice da Mata, e, por causa do tempo, para concluir, centenas de outras autoridades. Cito a superintendente de Ação Social do Estado e o Sr. Mui Digno Promotor de Justiça e, hoje, honrando a Bahia, secretário de Justiça e Direitos Humanos do nosso Estado.

Portanto, estou dizendo a gama de homens e mulheres honrados que lá estiveram na nossa entidade. Poderia dar nome de delegados da Polícia Federal, delegados estaduais, juízes, promotores... Poderia dar nome aqui de um leque de outros homens da imprensa digna que nos vista.

No dia de hoje, senhores e senhoras, temos 1.118 pessoas internadas na Fundação Dr. Jesus, nas três unidades: na unidade Iolanda Pires, temos 138 mulheres a partir de 11 anos, se podemos chamar de mulher; mulheres de 12 anos grávidas; mulheres com facadas de um lado a outro, cheias de tiro vítimas da violência. Do outro lado da pista, temos mais 500, 600. Mais adiante, no hotel abandonado Fazenda Alto do Ipê, temos mais quase 300 homens. Sei dizer que, no dia de ontem, internei 25 pessoas. Hoje não sei quantas pessoas minha esposa e meus filhos internaram, mas sei que hoje nós temos 1.118 pessoas.

Fiz questão de trazer para esta Casa relatórios importantes, relatórios de cinco psicólogas que trabalham lá; relatório do psiquiatra que dirige aquela entidade, porque apenas sou o líder espiritual. Trouxe também mais cinco relatórios de cinco assistentes sociais, mais três relatórios de três pedagogas e, por fim, dois relatórios de dois professores de Educação Física que trabalham também sofrendo, até mesmo ganhando pouco, naquela entidade.

Por último, tenho nas minhas mãos o relatório de um psiquiatra, de um psicanalista, do médico Dr. Curi, que assina este documento – esta aqui com o CRM dele –, que tem livro escrito na Bahia e no Brasil. Ele relatou a história da Fundação Dr. Jesus a pedido da Secretaria de Desenvolvimento Social, quando queria, na verdade, criar problema para o convênio, mas, Graças a Deus, o psiquiatra, o médico, o filósofo e sociólogo, trouxe-nos um relatório, o qual passarei às mãos da Taquigrafia para que façam constar nos anais da Assembleia Legislativa tudo que o psiquiatra, o Dr. Curi, homem famoso e conhecido na nossa Nação, fala sobre a Fundação Dr. Jesus.

A Fundação Dr. Jesus sempre esteve e continuará aberta à visita de qualquer deputado, qualquer autoridade do Estado, do Judiciário, do Legislativo, aos Conselhos de Psicologia, à OAB, ao Ministério Público, à Comissão de Direitos Humanos, Estadual ou Federal ou direitos humanos mundial. É bom ir lá para aprender como se acolhe pessoas caídas, feridas por uma desgraça chamada crack. O

próprio governador do Estado continua convidado a comparecer para ver a estrutura do local.

Hoje estamos construindo, praticamente com recursos próprios, uma escola profissionalizante, uma piscina semiolímpica, duas quadras poliesportivas e dois campos de bola gramados, deputado pastor José de Arimatéia, porque entendo que o drogado não é marginal, não é criminoso, não é bandido; o drogado além de ser vítima da sociedade é um doente que precisa do nosso carinho. E quero dizer que aí do nosso Estado se a Fundação Dr. Jesus não tivesse lá com 1.118 pessoas internadas, mesmo com dificuldades, mas todos nós passamos por dificuldades: eu, minha esposa, meus filhos.

O meu alimento sai da cozinha onde se prepara os alimentos para aqueles dependentes químicos. Agora, se as pessoas tentam enxovalhar a moral daquela casa e o meu nome, paciência. Se acham que não valho nada, que não sou valioso, procurem avaliar aquele trabalho aberto à visitação de homens e mulheres a qualquer hora do dia. A imprensa pode ir a hora que for, não invadir, porque a Bíblia diz que quem não entra pela porta é ladrão e salteador. E não posso admitir que alguém entre naquela instalação sem antes se anunciar, se apresentar como autoridade ou como imprensa, porque aquilo lá não é prostíbulo, porque quando vamos à casa de alguma pessoa temos a obrigação de bater à porta e se apresentar. Foi assim que aprendi.

Meus senhores, minhas senhoras, lamento que aqui estou sendo tido como alguém que enforca pessoas. Este jornal, se posso chamar isso de jornal, diz que corto pessoas de guilhotina, aqui diz que as pessoas que estão lá na Fundação comem duas vezes. Aqui diz absurdos e se isso aqui, 10% que os marginais escreveram, se 10% que os quase cafajestes, canalhas da imprensa! Porque eu respeito a imprensa, continuo dizendo que se não fosse a imprensa não teríamos democracia, então aos bons profissionais de imprensa do nosso Estado e da nossa Nação, dou-lhes a minha vida, se necessário for, mas a quase bandidos, a quase canalhas, a quase cafajestes, piores do que o pior drogado que existe em nossa Nação, esses que aproveitam dos seus instrumentos econômicos para abusar dos menos favorecidos.

Não sou deputado dos grandes, sou do baixo clero, não tenho nenhuma vergonha de dizer isso, sou deputado que não tem cultura, não sou intelectual, sou deputado chegado aqui pela vontade soberana de Deus e do povo carente e pobre que votou em mim sem nem riscar parede, sem nenhuma faixa, sou deputado que estou aqui e que não tive um “santinho”, não dei um “santinho” para estar nesta Casa. Então, sou fruto do Poder de Deus e da loucura do Evangelho que me curou, me restaurou e transformou a minha vida.

É lamentável que sem visitar, sem dar direito de resposta, sem ir lá, qualquer um da imprensa. Aproveito para dizer que a hora que os senhores, homens e mulheres de bem da imprensa, quiserem ir lá podem avisar que estará aberta a casa para vocês entrarem na cozinha, saírem na sala, e irem até ao quarto onde durmo, da intimidade com a minha senhora esposa, eu deixo aberto para que vocês percebam o grau de responsabilidade que temos com aquela obra.

O drogado, o usuário de *crack* a primeira coisa que ele faz é abandonar pai e

mãe. A primeira coisa que eles fazem é abandonar o lar e ficar segregado pelas ruas participando da violência, sofrendo violência ou fazendo a violência. E eu com a minha esposa substituo o papel de pai e de mãe, de irmão. Recebo coroas, mais velhos do que eu, e me sinto honrado de tê-los como meus filhos, depois do primeiro banho...

O Sr. Luciano Simões: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Gostaria de pedir a V. Ex^a para deixar para depois, porque eu preciso concluir. É muito honroso para mim ouvir V. Ex^a, mas eu preciso concluir.

Eu sempre considerei o Mário Kertész um bom comunicador, eu sempre achei que seu veículo de comunicação não fazia desserviço. Não considero Mário Kertész... Não quero acreditar que ele virou Mário cafajeste, Mário canalha, Mário bandido, Mário marginal. Eu prefiro continuar acreditando que a pessoa, o cidadão Mário Kertész vai nos dar o direito de, honradamente, entrar pela porta da Fundação e olhar tudo, ver tudo, filmar tudo e denunciar o que for verdadeiro, porque eu serei o primeiro a dizer das nossas dificuldades. Mas o pior de tudo isso, Srs. Deputados, é que no dia de hoje eu estava ouvindo a mesma *Metrópole* e um dos nossos deputados dizia lá que eu recebo todo ano 14 milhões de reais, repetidamente, 14 milhões de reais para tomar conta de 100 pessoas. Como acabei de dizer neste momento, nós temos 1.118 pessoas. Se o presidente quiser, cria-se agora uma comissão e nós iremos lá. Capitão Tadeu está aqui, Roberto Carlos e outros deputados, cria-se uma comissão aqui agora e nós iremos lá e vocês contarão 1.018 e mais alguma coisa, fora as crianças.

E esse deputado, assacando contra a minha honra, não se limitando à difamação ao governador do Estado sempre correto, homem sério, honesto, homem de bem, que não tem culpa do nazismo feito neste Estado durante quase 40 anos, um gestor que vem apenas administrando os reflexos do passado em todas as áreas, inclusive na segurança pública...

E eu quero dizer que eu não ganho 14 milhões, deputado Luciano Simões, como V. Ex^a citou na *Rádio Metrópole*. Não é verdadeiro vossa denúncia. Eu não ganho 14 milhões por ano, e não tomo conta de 100 pessoas. Eu poderia adjetivar se não fosse o respeito que eu devo ter por esta Casa e pelos dignos parlamentares, eu poderia adjetivar o autor da voz e da foto que está ali dizendo aquilo como cafajeste, mentiroso, marginal, porque uma coisa é você não ter prova e outra coisa é quando você tem vídeo e áudio gravados o senhor dizendo isso. Eu o respeito, eu o considero, eu considero V. Ex^a, não preste esse desserviço à Nação, não preste esse desserviço à Bahia. Não queira ficar parecido com os cafajestes, com os canalhas e com os nazistas do mundo inteiro, quando olha para uma obra social daquela sem conhecer...

O Sr. Luciano Simões: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Eu convido V. Ex^a para quando terminar esta sessão se deslocar comigo até minha casa, conhecer a minha esposa, conhecer os meus sete filhos e mais 1.118 filhos da Bahia que estão lá para se livrar da violência de pessoas peçonhentas. Se continuar agindo do jeito que V. Ex^a age, V.

Ex^a age mal no Parlamento baiano. Que Deus abençoe esta Casa e tenha misericórdia de V. Ex^a e lhe dê oportunidade de se redimir e tirar a difamação que V. Ex^a fez. Se eu tivesse 14 milhões de reais talvez eu não ficasse aqui deputado, porque eu já ofereci ao governador, e tenho testemunha, para me tirar daqui deste mandato para cuidar de usuário de droga, porque tenho irmão usuário de droga, fui usuário de droga, fui vitimado, mas hoje sou servo de Deus e peço a V.Ex^a, pelo menos, que, se não me respeita como seu colega, respeite o nome de Jesus, respeite a obra de Deus na Terra, lembre-se que autoridade também morre de câncer, de AIDS e de muito mais coisas. E que Deus abençoe V.Ex^a e lhe dê oportunidade de conhecer melhor a Fundação Dr. Jesus.

Muito obrigado e Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Carneiro):- Questão de ordem do deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado, eu, realmente... O manifesto feito pelo deputado Sargento Isidório, uma pessoa que prezo muito, não corresponde à realidade.

Os convênios celebrados pelo instituto de V.Ex^a, V.Ex^a ouviu errado, não foi por mês, o que o governo do Estado da Bahia publicou no portal da Transparência foram convênios celebrados com ONGs a cada ano, discriminadamente, o que foi fruto de uma representação da Bancada da Minoria ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, e a associação, que não sei se é presidida pelo Sargento Isidório, mas é patrocinada por ele, foi publicada, e na representação foi anexa, deputado Capitão Tadeu, a relação das ONGs e os valores dos convênios no ano, parece-me que foram R\$ 7,085 milhões com a ONG do Sargento Isidório e mais o relativo ao outro ano. Eu não me referi a R\$ 14 milhões por mês, o que seria uma loucura, isso não existe! Então, se foi, deverá ser corrigido.

O que V.Ex^a e sua associação... Eu não digo V.Ex^a porque V.Ex^a não recebeu, quem recebeu foi a Fundação e a ONG de que V.Ex^a faz parte. Tudo isso se encontra num processo, num inquérito administrativo que está, hoje, no Ministério Público, com os valores discriminados pelo próprio governo do Estado no portal da Transparência.

Eu acabei de mostrar aqui, à deputada Graça Pimenta, ao deputado Coronel Santana, ao deputado Carlos Geilson, uma publicação oficial. Eu não criei números, e se falei, até por engano, por mês, eu tiro essa palavra, que não ocorreu, porque a representação foi feita pelo que a ONG de V.Ex^a recebeu no ano, está transcrito pelo próprio governo do Estado. Se for mentira, é do governo do Estado, e está no portal da Transparência.

Isso é fruto de um inquérito administrativo, em que já foi apurado o caso do Instituto Brasil, da Sr^a Dalva, que tem o envolvimento do secretário da Sedur, e o de V.Ex^a se encontra também no Ministério Público com o relatório oficial do governo

Wagner, com as transferências da Sedes e da Sedur, dados do próprio governo do Estado, dados da Secretaria da Fazenda. Se não é verdade, o Ministério Público é que vai dizer.

Agora, louvei a iniciativa de V.Ex^a como parlamentar, como evangélico. Agora, essa questão de ONGs e associações, pela Constituição do Estado e pela Constituição federal, não é o deputado que quer ou deixa de querer, são fiscalizadas, por lei, pelo Ministério Público, que é competente, e não foi só a de V.Ex^a. Foi R\$ 1,2 bilhão transferido pelo governo do Estado para ONGs e associações que foram denunciadas pela Bancada da Minoria. Não tem nada a ver com o deputado Sargento Isidório. A associação ou a ONG de que V.Ex^a faz parte está na lista, se encontra no Ministério Público, sem interferência deste parlamentar. Se os R\$ 14 milhões foram referidos por mês, eu retiro o por mês para colocar a quantia que está lá no portal da Transparência do governo do Estado.

O Sr. Sargento Isidório:- Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem o deputado Sargento Isidório.

O Sr. Sargento Isidório:- Sr. Deputado, V.Ex^a, depois, se quiser, eu posso passar, e V.Ex^a tem uma assessoria com certeza digna de V.Ex^a, competente, mas está na minha mão a gravação onde V.Ex^a não fala por mês, V.Ex^a fala que eu recebo, “aquele rapaz”, V.Ex^a nem me trata como seu colega deputado, o que me honra, porque eu venho respeitando V.Ex^a até por causa dos pares, V.Ex^a diz claramente – “aquele rapaz, o Sargento Isidório, só ele com a Fundação dele recebe R\$ 14 milhões por ano para cuidar de cem pessoas”. Se V.Ex^a tem documento do governo dizendo isso, é bom que o governo será sua testemunha, porque vou acionar V.Ex^a em nível judicial, que é o local do debate. Aqui é o Parlamento, é local de coisa boa. Não foi apenas o Pastor Sargento Isidório que foi ofendido, a ofensa foi também a uma ONG que trabalha seriamente.

Volto a repetir, qualquer homem ou mulher que quiser visitar a Fundação pode ir lá. No campo político é muito desairoso, é quase um crime fazer isso. Eu convocaria todos os deputados para se quiserem fazer uma comissão, ou então ouvir o presidente da Casa, ouvir o secretário de Justiça, porque, se essas coisas são verdade, eu teria que estar preso, e todos esses que conhecem a Fundação seriam coautores e teriam também que estarem presos.

Então, mentira não tem perna, mentira anda nas costas do mentiroso. A Bíblia diz que Satanás é o pai da mentira, e que todo aquele e aquela que mente é filho de Satanás. Está gravado V.Ex^a dizendo: “ 14 milhões, esse rapaz, o Sargento Isidório, recebe por ano para cuidar de 100 pessoas ”. O Estado todo ligando, me difamando, isso é ruim, eu não sou político, eu sou um agente que está aqui pela vontade de Deus e faço questão de continuar honrando V.Ex^as.

Então, eu estarei, para defender a entidade, entrando com um processo e V. Ex^a consta com essa notícia do governo, ali está o ex-secretário, Carlinhos Brasileiro, hoje deputado, que ele sabe o valor do convênio, se não me engano foi 3 mil e 800, 4 mil para, o ano todo, cuidar de 1 mil 118 pessoas. Jamais foram 14 milhões para

cuidar de 100 pessoas.

Possivelmente V.Ex^a não teve culpa, V.Ex^a pode ter exibido um Vudú, pode ter sido manifestado com alguma coisa, isso pode ser comum, só teria essa maneira. Senão eu vou mostrar a V.Ex^a foto, vídeo de V.Ex^a falando. Ou então a Metrópole acaba de cometer mais um gravíssimo crime, só visto no nazismo.

Muito obrigado.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Pela ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Pela ordem o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Parlamentares, caro deputado Sargento Isidório, nobre deputado Luciano Simões, eu acompanhei atentamente o pronunciamento de V.Ex^a e também acompanhei a entrevista do deputado Luciano Simões que, como deputado de Oposição, tem todo o direito de fazer a sua investigação, a sua fiscalização com a aplicação dos recursos do governo do Estado às ONG's, inclusive à ONG de V.Ex^a. V.Ex^a é um deputado que tem um papel importante, socialmente falando, através de sua entidade.

Mas, eu acho que aqui nesta Casa, e aí eu faço um apelo a todos os Srs. Parlamentares, eu acho que nós temos que ter aqui respeito entre os parlamentares. V.Ex^a estava cobrando respeito do deputado Luciano Simões e V.Ex^a foi à tribuna e fez críticas duras a um homem de bem, ao radialista Mário Kertész. V.Ex^a citou canalha, cafajeste, palavras que, realmente, não condizem, inclusive, com o ambiente desse Parlamento, que é um ambiente de respeito, um ambiente das pessoas fazerem críticas de forma educada, de forma cordial. Eu acho que V.Ex^a, que pede tanto respeito, hoje ofendeu um jornal, V.Ex^a já tinha feito isso, inclusive, em outro pronunciamento de V.Ex^a, quando trouxe aqui críticas também a um jornal importante do nosso Estado, que é o *Correio da Bahia*, dizendo que não servia nem como papel higiênico. O *Correio da Bahia*, deputado, é um jornal importante para todos, um jornal respeitado, assim como o jornalista Mário Kertész, uma pessoa que presta um grande serviço à população de Salvador, à Bahia, um radialista respeitado, um ex-prefeito, um homem público respeitado.

Então, V.Ex^a, deputado, que pede respeito, que cobra respeito, acho que também tem que aprender a respeitar as pessoas de bem do nosso Estado e da nossa Cidade do Salvador.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Convido o deputado Carlos Geilson para discutir o projeto pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, que bom vê-la presidindo esta sessão.

Mas, antes de entrar propriamente na questão do empréstimo, falar da interessante proposta de criação do Conselho de Ética desta Casa. Acho que é algo que vem em boa hora, porém tardia. Imaginei, quando cheguei aqui, deputado Vando, que já existisse o Conselho de Ética.

Quero fazer um reparo à palavra do presidente quando S.Ex^a de certa forma menosprezou os deputados de primeiro mandato. O que vai mensurar a participação

de um deputado no Conselho de Ética não é a sua experiência nem a sua longevidade neste Parlamento, mas a sua conduta, a sua postura, o seu equilíbrio... São pilares fundamentais para o integrante do Conselho de Ética e não ele ter 5, 6, 8, 10 mandatos. Pelo meu modo de entender, o deputado Marcelo Nilo foi infeliz ao citar claramente que a preferência pela presidência do Conselho era por deputado experimentado. Acho que para presidir um Conselho de Ética, e eu não sou candidato e não faço questão de participar do Conselho... De certa forma, acho que não foi uma questão de ter sido presunçoso, mas discriminatório com os deputados que estão exercendo o seu primeiro mandato aqui na Assembleia Legislativa.

Uma outra questão que o deputado Sargento Isidório falou há pouco, de forma muito enfática, foi que já pediu ao governador para tirar ele do mandato aqui na Assembleia. Foi isso que entendi. Acho que ele pode renunciar ao mandato se estiver tão incomodado e insatisfeito. Isso é próprio do debate. Se houve alguma incorreção do deputado Luciano Simões, ele já se desculpou. Agora, a Fundação Doutor Jesus é inegável que presta um relevante serviço à sociedade baiana na recuperação de drogados. O que se levantou em questão foi o dinheiro que se recebeu em 2010. Houve um aumento significativo de 1 milhão para 4 milhões, provavelmente porque a Fundação Doutor Jesus de 2010 para cá aumentou significativamente a sua atenção aos dependentes químicos no Estado da Bahia.

Deputado Alan Sanches, tenho a convicção... Aqui nós formamos uma família, uma família plural. Pensamentos diferentes, interesses díspares, mas diria para os Srs. Deputados e Deputadas, apesar de alguns debates acalorados, que a cada dia a nossa relação é construída tijolo por tijolo, pedra sobre pedra. Assim, vamos construindo o nosso castelo, embora numa Casa onde os interesses são tão questionáveis. Um castelo, é verdade, mas não um castelo feito de areia na beira da praia que a onda vem e derruba. São amizades construídas. Faço parte da oposição, mas tenho verdadeiros e grandes amigos aqui na base do Governo. Isso não me impede de fazer a crítica, de fazer os questionamentos. Acho que cada um tem a sua forma de proceder e fazer melhor juízo do seu procedimento e da forma de usar a tribuna.

O Sr. Alan Sanches: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Tenho essa forma, não sei se é a melhor, se é a mais correta, a mais coerente, mas é aquela que me deixa muito bem tranquilo com a minha consciência. É a minha forma de proferir o meu discurso, de expor as minhas ideias, de fazer os questionamentos, de fazer o contraditório. Assim vou seguindo a minha trajetória neste Parlamento, embora, claro, sem agradar a todos. Não pretendo ser maioria, mas de certa forma acho que estou agindo com coerência dentro daquilo que penso, das minhas ideias ao demonstrar daqui desta tribuna para a sociedade baiana a forma como penso, meu caro deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Nobre deputado Carlos Geilson, não esperava outra colocação de V.Ex^a a respeito dos debates acalorados aqui. Agora, não tenho procuração do deputado Marcelo Nilo, V.Ex^a sabe, mas acredito que quando ele falou, sugeriu um deputado experiente, nós, que somos neófitos aqui nesta Casa, acho que ele quis dizer, um deputado com maturidade de vida, inclusive. Um Conselho de

Ética exige uma responsabilidade muito grande. Muitas vezes você vai decidir os destinos da vida daquele parlamentar e da família daquele parlamentar. Acho que foi isso. Agora, V.Ex^a foi muito feliz na sua colocação, porque me sinto defendido com as palavras de V.Ex^a.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Agora estou completo no meu raciocínio quando V.Ex^a fala em maturidade. Acho que isso é que pesa, realmente, e tem que balizar o funcionamento do Conselho de Ética.

Uma questão, para finalizar, não quero me alongar, é o seguinte: quando esta Casa aprovou o empréstimo de 700 milhões de dólares, lembro perfeitamente que fizemos os questionamentos que o governo não estava explicando onde aplicaria o dinheiro. Muitos deputados do Governo subiram à tribuna e intercederam com os apertes dizendo: O dinheiro vai ser usado em infraestrutura, em obras. Teve gente que acreditou, mas, na verdade, agora a máscara caiu, a verdade veio à tona. O empréstimo é para pagar dívidas, ou seja, o governo...

(O Sr. Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Zé Neto, está muito claro, uma parte do dinheiro é para pagamento da dívida. Caramba! Só se abrir a cabeça de V.Ex^a para fazer V.Ex^a entender as coisas que estão claras. Ele quer conflitar, confundir a opinião pública, ou seja, o governo está tomando dinheiro para pagar o que deve, é uma dívida sobre dívida. O governo quando tomou dinheiro aqui não explicitou, ou seja, ele enganou, ludibriou, engabelou os deputado incautos, se é que há algum incauto nesta Casa.

E agora o que é que o governo faz? Um projeto para regulamentar o dinheiro que está tomando emprestado para uma parte desse dinheiro pagar a dívida. Então o governo se endivida para pagar a dívida.

Por isso votei contra o empréstimo e é por isso que voto contra esse projeto porque estou consciente de que esse empréstimo é maléfico aos cofres públicos. O governo não está gerindo bem as finanças do Estado, a dívida pública está num processo galopante, Wagner toma dinheiro, e não é nem para obras. Porque uma parte que disseram que é para obra, uma parte é para pagar dívida, acho que essa é a grande contradição desse governo. Tomar dinheiro para fazer obras estruturantes, importantes para a sociedade, para o Estado da Bahia, claro que tem o nosso apoio. Não faço oposição por ser oposição, por radicalismo, que tudo está ruim. Esse governo tem pouquíssimas coisas que podem ser aplaudidas. A maioria esmagadora são de coisas maléficas como estamos vivendo, a Educação vai mal, a segurança pública nessa situação que está aí, a Saúde com hospitais públicos sem funcionar. Agora, tomar dinheiro emprestado para pagar dívida é o fim da picada.

(O Sr. Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado, não me force dizer o que eu não quero dizer. O governo está tomando dinheiro para pagar dívida. É uma lástima, é uma pena, é uma dívida sobre dívida.

Quero concluir minhas palavras, deputada Maria Luiza. Que bom vê-la nesta tribuna. E eu cobro que V.Ex^a venha a esta tribuna porque esse ano eu fui, diria assim,

premiado com a sua presença nesta tribuna. E V.Ex^a precisa reprisar mais, a gente precisa reviver V.Ex^a usando esta tribuna porque é uma beleza, fala bem, tem um discurso eloquente. Sei que V.Ex^a não concorda com esse empréstimo do governo para pagar dívida e também deve estar assim muito preocupada, chateada como o governo vem tratando a greve dos professores de forma radical e intransigente. Muito obrigado, excelência.

E quem torce para o Vitória, hoje, espera a segunda vitória do nosso rubro-negro na Segunda Divisão. Chamo o deputado Zé Neto para fazer também coro...

O Sr. Capitão Tadeu:- Que Divisão?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Por enquanto, na Segunda. É uma questão transitória, momentânea, mas a gente, em 2013, se Deus quiser, vai disputar a Primeira Divisão.

Obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza):- Convido o deputado Bruno Reis para discutir o projeto pelo tempo de 20 minutos. Convido o deputado Bruno Reis. (Pausa) Na sua ausência, convido o deputado Luciano Simões para discutir o projeto pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre deputado Sargento Isidório, já considero o assunto superado, uma vez que mostrei ao próprio a publicação do governo do Estado na qual tira as dúvidas quanto as liberações.

Mas, Sr. Presidente, ainda com relação às *ONGs*, assusta toda a Bahia, nobre deputada Maria Luiza, após a apuração de recursos transferidos às *ONGs* na Bahia, no período eleitoral, a prova feita pelo Tribunal de Contas do Estado do desvio do Instituto Brasil e outras *ONGs* em que não está relacionada a do nobre deputado Sargento Isidório naquela investigação, ao revermos o *Diário Oficial*, deputado Zé Raimundo, vem um aviso de seleção pública aqui da Secretaria de Desenvolvimento Social do governo do Estado. E nada mais nada menos, deputado Paulo Azi, o governo credencia as *ONGs* e as associações do Estado da Bahia para proceder obras e serviços de combate à seca, obras que seriam de competência da Cerb, da CAR e do prefeito municipal, o governo simplesmente baixa um edital de seleção pública, deputado Carlos Brasileiro, credenciando a Secretaria que V.Ex^a deixou de ser gestor há pouco tempo.

Creio que não é o procedimento correto do governo nesses termos. Creio que as associações, as *ONGs* tenham outras finalidades, mas jamais a de construção. Temos a Sucab que é um órgão na estrutura governamental que tem a competência de construir, temos a Cerb, a Secretaria da Infraestrutura com verba, as prefeituras municipais que poderão receber recursos conveniados e executar as suas obras. E o governo mais uma vez comete essa gafe para que os recursos sejam, agora próximos às eleições, novamente desviados pelas *ONGs* e pelas associações. Mas não fica por aí.

O mesmo *Diário Oficial*, deputado Bira Corôa, traz um edital que demonstra a

fraqueza administrativa do governo. Não quero aqui nem criticar o governador Jaques Wagner, porque creio que ele não tenha conhecimento dessa aberração. Isso é uma verdadeira aberração! Você tem um órgão como a Sucab que cuida das edificações públicas, é um histórico do Estado desde a iniciação do Centro Administrativo e vem o governo do Estado credenciar, através de licitação, deputado Carlos Brasileiro, a Sudic que é um órgão cujo estatuto tem como finalidade trazer para o Estado da Bahia a indústria, construir galpões e localizar as indústrias da Bahia. E esse órgão é credenciado de forma, creio eu, incompetente para a construção de módulos policiais na capital de Salvador. Realmente o governo não tem planejamento, o governo tem essa grande falha de não trazer aos baianos projetos e um planejamento responsável.

Até que o ex-deputado Zezéu Ribeiro foi muito mais feliz do que seu antecessor, que tentou realmente, pelo menos inicialmente, um planejamento para o Estado da Bahia. Mas, infelizmente, como houve a demissão, por justa causa, do Sr. José Sérgio Gabriele da Petrobras, teve que se arranjar um local para ele, e se defenestrou o ex- deputado Zezéu Ribeiro.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. **LUCIANO SIMÕES:-** O deputado Paulo Azi vai tratar do assunto que levou a Bahia política e a Bahia que cuida e acompanha a administração a se assustar com esses atos de governo. Tenho certeza de que o governo quando chegar à Bahia irá tomar conhecimento, e pelo tempo que ele já tem de gestão no Estado ele saberá que os caminhos aqui estão diversos, estão difusos.

A competência da Sudic não é nunca a construção de módulos policiais da capital do Estado, e sim a projeção, e sim o incentivo à indústria no Estado da Bahia.

Com o aparte o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Luciano Simões, V.Ex^a traz a este plenário uma informação deveras importante. Todos nós conhecíamos a Sudic como a empresa responsável pela atração de indústrias para o nosso Estado. A Sudic era responsável pelas obras de terraplanagem, de construção de galpões para as indústrias que desejassem se instalar no Estado da Bahia.

É espantoso, deputado Luciano Simões, a informação de V.Ex^a, que diz estar aí com o edital, em fazer com que a Sudic vá construir unidades de segurança pública. Isso, deputado Luciano Simões, é um exemplo da mais completa falta de administração, de planejamento do Estado.

Tudo bem, sabemos que não existe praticamente nenhuma obra a ser realizada pela Sudic na área de atração de investimento, de indústrias. Mas por que se transferir da Sucab, que é um órgão especificamente destinado a esse fim, à construção dessa unidades?

Vejam a que ponto chegou o governo do Estado. Aliás, deputado Luciano Simões, V.Ex^a acompanhou o discurso oficial do governo na tentativa de justificar o injustificável, o governador Wagner que é o campeão do turismo pelo exterior, e aí relacionaram as pretensas indústrias que essa viagens teriam viabilizado pela Bahia; relacionaram à Pepsico, deputado Luciano Simões, essa empresa chegou ao Estado em 2006, à época do ex-governador Paulo Souto foi feito o lançamento, a cerimônia,

se não me engano em Feira de Santana, celebrando a instalação e chegada dessa empresa.

O discurso oficial do governo diz que foi a viagem que o governador Jaques Wagner fez ao exterior que viabilizou a chegada da Pepsico ao Estado da Bahia.

É lamentável, deputado Luciano Simões! A informação que V.Ex^a traz ao plenário é uma informação cabal da completa falta de planejamento de uma demonstração muito clara de que este governo está sem rumo. Qual é a explicação, deputado Leur Lomanto Junior, que podemos dar a uma situação como essa, uma empresa específica... Não sei nem se o estatuto dessa empresa permite um desvio de finalidade desse tamanho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Jamais!

O Sr. Paulo Azi:- Uma empresa que é destinada à atração de investimentos industriais para o Estado ser desviada para a construção de galpões, de bases de segurança pública pelo interior da Bahia.

Parabenizo a V.Ex^a por trazer um assunto tão importante ao Plenário desta Casa.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Deputado Leur Lomanto, a coisa fica mais absurda no momento em que o Tribunal de Contas do Estado comprova à sociedade baiana o desvio de dinheiro de recursos públicos através das ONGs, algo comprovado também através de apuração do Ministério Público. Essa licitação credencia as ONGs e associações da Bahia, deputado Capitão Tadeu, para construírem cisternas e sistemas de captação de água no interior do Estado quando temos as prefeituras municipais, os órgãos do Estado que têm essa competência estatutária, a exemplo da CERB, CAR e Sucab.

Para concluir, ainda com referência às ONGs, eu me comprometi com o Sargento Isidório a fazer a retificação dos números. Realmente, a informação que recebi no dia de ontem – não sei se partiu de um adversário de V.Ex^a ou não, não posso comprovar – foi de R\$ 14 milhões. Hoje, pela manhã, quando verifiquei os repasses até 2011, não incluindo 2012, vi que foram, na verdade, R\$ 7.818.969,46. Conforme me comprometi com V.Ex^a, pela manhã, estou retificando os números, pois as informações que vieram do próprio governo é que não são verdadeiras.

Hoje, fui pesquisar no próprio governo e os repasses são feitos de quatro, cinco vezes, e o valor, em vez de R\$ 14 milhões, é de R\$ 7 milhões e 800 mil, aproximadamente. Não consegui obter, para informar também a verdade a V.Ex^a, os repasses do ano de 2012. Eu não tive acesso, já que a senha do governo também não dá acesso aos deputados.

Agora quero informar, também, que a ONG de V.Ex^a não está incluída naquelas que estão sob apuração do Ministério Público, aquelas para as quais já foram abertos inquéritos administrativos. Também verifiquei com o Ministério Público, por telefone, e creio que V.Ex^a deveria – ante as denúncias feitas por um jornal de grande circulação, o *Metrópole*, um jornal de respeito, e jornalistas de renome prestam serviço a ele – levar ao jornal os seus esclarecimentos em vez de, aqui, detratar jornalistas que são pessoas de reconhecidos serviços prestados ao

Estado da Bahia, como é o caso do jornalista Mário Kertész, que é uma pessoa do maior respeito em todo o Estado e em todo o Brasil.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero, deputado Zé Neto, que com a chegada do governador Wagner se corrija esse absurdo perpetrado pelo governo da Bahia na ausência dele. Não cabe à Sudic, deputado Carlos Brasileiro, construir base de segurança. Não cabe à Sedes fazer repasses para ONGs e associações fazerem construções em prol do combate às consequências da seca.

Houve um erro de competência e tenho certeza de que o governador, através de sua assessoria, logo que chegue ao Estado, fará essa correção, até para o bom serviço administrativo do Estado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão.

Para encaminhar, como Líder, substituindo o deputado Paulo Azi, o deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobre deputados e deputadas, a todos da imprensa, das Galerias e aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*, recordo-me da aprovação por esta Casa do projeto de lei que permitia ao governo do Estado obter mais um financiamento, da ordem de US\$ 700 milhões, em organismos internacionais, nesse caso específico, o BIRD. Naquele momento, utilizamos a tribuna desta Casa para denunciar uma prática que tem sido cometida por este governo. As operações de crédito, contraídas por este governo, já totalizam algo em torno de R\$ 5,6 bilhões tanto internas quanto externas.

Em todas elas, nós, sempre, demos ao governo do estado um cheque em branco e demos ao governo do estado o poder de definir onde serão empregados os recursos. Na maioria das vezes, esses recursos não eram destinados a obras importantes para o estado, a exemplo de obras estruturantes, a exemplo de obras de mobilidade urbana, ou a exemplo de obras que poderiam atender melhor, principalmente quando da vinda dos turistas para participação da Copa de 2014.

Sempre os deputados da Base do Governo, como o Líder Zé Neto, diziam que esses recursos seriam empregados em ações estruturantes. Nós chegamos a desmistificar isso desta tribuna. Me recordo quando aqui vim para denunciar que o governo do estado estava recorrendo a organismos internacionais, nobre deputado Capitão Tadeu, para contrair empréstimos para pagar despesas correntes como diárias, locações de veículos, publicidade. Eu perguntava, naquele momento, se seria boa prática e se seria justo recorrer a recursos de órgãos internacionais para pagar despesas do dia a dia.

O tempo passa. Nós aprovamos um projeto nesta Casa, com o voto contrário da Oposição, de um financiamento de mais 700 milhões. Este é o projeto que ora estamos discutindo. O governo do estado, para retificar um erro, baixou um decreto antes da retificação desta lei que, hoje, o rolo compressor quer impor nesta Casa para poder aprovar, utilizando, nobre deputado Gildásio Penedo, recursos para pagamento de dívida interna.

Pergunto a V.Ex^a: é da boa prática política recorrer ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – para contrair operações de crédito para pagar despesas com a União, a dívida interna do estado?

Vejam a que situação chegou o nosso estado! Se, por um lado, já pagava despesas correntes com recursos fruto de empréstimo, agora está pagando dívida interna. Ou seja, o estado está se endividando para pagar uma dívida. Aí, vira uma bola de neve. É como dever a um banco determinada quantia e recorrer a outro banco para saldar o débito com o banco anterior. Gera, assim, um novo débito com a nova entidade credora.

Isso mostra, nobre presidente Marcelo Nilo, que o governo está à deriva. E a confirmação está nas viagens do governador Jaques Wagner. É preciso o governador tomar pé das finanças públicas do estado e, efetivamente, recorrer a organismos internacionais, ao BIRD para utilizar os recursos para aplicação em obras estruturantes, facilitando atração de indústrias. Muitas das viagens do governador não surtem resultado porque, ao se analisar a questão da infraestrutura baiana, esta não é adequada para atração desses investimentos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- Para concluir, Sr. Presidente, vejam, são R\$ 5,6 bilhões! Isso já é o valor das operações de crédito contraídas por este governo. Pergunto a vocês: qual é a grande obra? Qual é a grande realização? Onde estão, efetivamente, aplicados esses R\$ 5,6 bilhões, nobre deputado, Gildásio Penedo, contraídos pelo governo Jaques Wagner?

Quem anda pela Bahia – a Bahia real e não a Bahia virtual – não identifica onde estão aplicados esses recursos.

É por isso que a Bancada da Oposição irá votar contra essa retificação que o governo pretende fazer no projeto para pagar dívidas internas com a União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Contra os votos dos deputados Bruno Reis, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Graça Pimenta, Luciano Simões, Luizinho Sobral, Pedro Tavares, Leur Lomanto Junior, Sandro Régis, Herbert Barbosa, Tom e Elmar Nascimento.

Portanto, o projeto foi aprovado por maioria e irá para sanção de S. Ex^a o governador Jaques Wagner.

Próximo projeto. Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 19.717/2012, de procedência do Poder Executivo, que cria o Sistema de Esporte e Lazer no âmbito do Estado da Bahia, institui a Política Estadual de Esportes e dá outras providências.

Para relatar o projeto, tendo em vista que faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos;

Direitos Humanos e Segurança Pública; Finanças e Orçamento e Fiscalização e controle, designo a deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, inicio a leitura do parecer das comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos; Direitos Humanos e Segurança Pública; Finanças e Orçamento e Fiscalização e controle ao Projeto de Lei nº 19.717/2012, de autoria do Poder Executivo, o qual cria o Sistema de Esporte e Lazer no âmbito do Estado da Bahia, institui a Política Estadual de Esportes e dá outras providências.

(Lê) *“Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora venho relatar, criando o Sistema de Esporte e Lazer e a Política Estadual de Esporte e Lazer no Estado da Bahia.*

A proposição vem instituir “um marco legal a ser utilizado como parâmetro para atuação estatal no âmbito do esporte e lazer”, conforme registra a Mensagem Governamental. Tem por objetivo fomentar a prática dessas atividades no Estado, “de modo a desenvolver a formação dos atletas, incentivar a prática esportiva formal e não-formal, promover o aprimoramento da infraestrutura de esporte e de lazer no Estado e capacitar os profissionais dessas áreas de atuação”, ainda segundo a Mensagem do Sr. Governador.

O Sistema de Esporte e Lazer congrega pessoas físicas e jurídicas encarregadas da organização, do planejamento, da coordenação, da normatização e do apoio à prática de esporte e de lazer, compreendendo instituições públicas e entidades não-governamentais, ficando, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, responsável pela execução da Política de Esporte e Lazer do Estado, tendo as suas competências fixadas no art. 4º do projeto.

A Política Estadual de Esporte e Lazer compreende a fixação de diretrizes para a promoção do esporte e o incentivo das práticas de lazer, e na sua implementação serão observadas as diretrizes de: universalização do acesso; inclusão social; formação social e humana; articulação institucional e transversalidade com diversas áreas de atuação; descentralização das ações; transparência administrativa e controle social; estímulo à produção científica e tecnológica e apropriação da cultura do esporte e lazer por parte da população baiana.

O projeto cuida também da criação do Conselho de Esporte e Lazer do Estado da Bahia, órgão representativo da comunidade esportiva estadual, integrante da estrutura básica da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, de caráter consultivo sobre a Política Estadual de Esporte e Lazer, e deliberativo no âmbito das competências estabelecidas no art. 11 do projeto, devendo atuar em conjunto com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e estimular a prática do esporte e do lazer entre os baianos. Presidido pelo Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, é composto de 16 membros titulares e igual número de suplentes, com

representantes de Secretarias do Estado, de Secretários e Gestores de Esporte e Lazer dos Municípios e de diversas instituições públicas e privadas.

Trata-se, assim, de matéria de inequívoco interesse público e grande alcance social, na medida em que a concepção do Sistema “pauta-se na confiança de que incentivar e investir nas práticas de esporte e lazer significa promover a inclusão social e a participação dos jovens baianos em atividades que estimulam o desenvolvimento pessoal”, citando mais uma vez a Mensagem Governamental.

A proposição recebeu apenas uma emenda, retirada em seguida através do Requerimento nº 7.681/2012. No entanto, cabe-me, na condição de Relatora, apresentar uma emenda, objetivando o aperfeiçoamento do projeto, além de uma outra necessária para corrigir um equívoco de digitação, na forma seguinte:

Emenda da Relatora nº 1

O inciso II do parágrafo único do art. 10 do Projeto de Lei nº 19.717/2012 passa a ter a redação a seguir indicada, suprimindo-se ainda as alíneas “a” e “b” do mesmo inciso:

“Art. 10 -

.....

.....

II – de modo não profissional, identificado pela inexistência de contrato de trabalho, bem como pela liberdade de prática, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais, por parte do Poder Público, além de patrocínio, pela iniciativa privada.”

Justificativa: a presente emenda, além de possibilitar que o “atleta amador” receba incentivo material ou patrocínio do Poder Público e de empresas privadas, visa à adequação da proposta legislativa à lei federal sobre o tema, suprimindo a classificação do atleta “semi-profissional”, não mais utilizada.

De fato, a Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto, no parágrafo único do art. 3º, definia que o desporto de rendimento pode ser organizado e praticado de modo profissional e não profissional, esta última, compreendendo o desporto semi-profissional e amador. Ocorre que, em 14 de julho de 2000 foi editada a Lei Federal nº 9.981, promovendo alterações de dispositivos da Lei Federal nº 9.615/98, dentre as quais a supressão da divisão do desporto não profissional nas categorias semi-profissional e amador, além de ser dada nova definição ao modo não-profissional de organização e prática do desporto de rendimento.

Esta emenda vem, portanto, compatibilizar o conteúdo do projeto com a legislação federal que trata da matéria, contribuindo assim para o aperfeiçoamento do texto legal.

Emenda da Relatora nº 2

Os artigos 18, 19, 20 e 21 do Projeto de Lei nº 19.717/2012 ficam renumerados como, respectivamente, 15, 16, 17 e 18.

Justificativa: esta emenda determina a renumeração dos artigos para corrigir

um equívoco na digitação.

Ante o exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 19.717/2012 com as modificações introduzidas pelas emendas da Relatora.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2012.

Deputada Maria del Carmen - Relatora.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer da nobre deputada Maria del Carmem...

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, solicito vista ao projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo vista a V.Ex^a pelo prazo máximo de 48 horas.

O próximo projeto é o de nº 19740/2012, de procedência do Poder Executivo, que concede isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITD, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e das Taxas do Estado da Bahia, em relação às atividades concernentes à Copa das Confederações da FIFA de 2013 e à Copa do Mundo da FIFA de 2014.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Cacá Leão para relatar a matéria.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Funcionários da Casa que acompanham a sessão, (lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 19.740/2012, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Concede isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITD, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e das Taxas do Estado da Bahia, em relação às atividades concernentes à Copa das Confederações da FIFA de 2013 e à Copa do Mundo da FIFA de 2014.'*

Apresenta, para apreciação por esta Casa, o Exm^o Sr. Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, que tem o objetivo de conceder a isenção à Fédération Internationale de Football Association – FIFA, no tocante ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITD, ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e às taxas cobradas pelo Estado da Bahia, quando os bens e serviços estiverem vinculados às atividades relacionadas à realização das competições Copa das Confederações da FIFA de 2013 e Copa do Mundo da FIFA de 2014.

Além desta medida, o projeto 'ainda dispõe que os bens, produtos ou

equipamentos técnicos destinados ao uso nos centros de treinamento relacionados aos Eventos poderão ser doados a órgãos da Administração Pública, entidades filantrópicas ou desportivas sem fins lucrativos, sem incidência do ITD”, conforme registra a Mensagem Governamental, na qual o Chefe do Executivo ressalta ainda que a proposição 'consolida as garantias tributárias estaduais, visando a conceder isenção de tributos ou direitos incidentes sobre imóveis, receitas, pagamentos efetuados, materiais e equipamentos adquiridos no mercado interno ou importados pela Fédération Internationale de Football Association – FIFA, bem como aproveita a oportunidade de incentivar a atividade turística e o comércio durante as competições relativas à Copa de 2014.'

A proposta vem, assim, adequar a legislação estadual aos compromissos assumidos para a viabilização da escolha de Salvador como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

O projeto recebeu duas emendas, sendo a primeira de autoria da deputada Maria del Carmen e a de nº 2 da Liderança da Minoria.

A emenda nº 1 propõe o acréscimo de um artigo ao projeto, estabelecendo a proibição de alienação onerosa do bem adquirido com os incentivos fiscais de que trata a proposta legislativa até 31 de dezembro de 2014. Opino pela rejeição, considerando que o objeto do presente projeto não é de dispensa de tributo na aquisição de bens ou mercadorias, razão pela qual não há que se falar em cobrança posterior de tributo dispensado, caso ocorra alienação onerosa.

A proposição trata de concessão de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, cobrado em função de determinado período de uso do bem, da isenção de taxa, que também é cobrada em função de determinado período ou efetiva prestação de serviço pelo Estado, bem como da isenção de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Qualquer Bem ou Direito - ITD na doação de bens.

Ademais, a concessão destas isenções tributárias é resultado do compromisso assumido pelos Estados que abrigam as cidades-sede para a realização dos jogos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014, como é o caso da Bahia. Por todas as razões expostas, a emenda deve ser rejeitada.

A emenda nº 2 propõe alteração na redação do inciso I do parágrafo único do art. 1º, tornando obrigatória a aprovação de nova proposta legislativa para que os benefícios fiscais possam ser estendidos a outras pessoas jurídicas. Opino também pela rejeição, considerando desnecessária a emenda, uma vez que não caberia na lei um dispositivo apenas para autorizar o envio de um novo projeto à Assembleia. Ocorre que a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para apresentar projeto de lei sobre matéria tributária, para apreciação da Assembleia Legislativa, encontra amparo no inciso III do art. 77 da Constituição Estadual. Assim, carece de sentido uma disposição legal que apenas preveja o envio de um novo projeto de lei, podendo ser alcançado de logo o objetivo pretendido com a votação da regra autorizativa na presente proposição.

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto de lei ora relatado na forma

originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2012.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Cacá Leão.

O Sr. Carlos Geilson:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, quero parabenizar o deputado Cacá Leão, que leu o parecer. Até pensei que ele estava narrando futebol. Bom, gostei da eloquência. Mas, Sr. Presidente, peço vista do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo vista a V.Ex^a pelo prazo máximo de 48 horas.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria a atenção da nossa Bancada, primeiro, para dizer que hoje tivemos uma tarde com algumas situações inconvenientes, mas V.Ex^a tomou a atitude de se posicionar frente aos problemas. O problema existe, vamos enfrentá-lo.

Então, quero dizer a V.Ex^a do total apoio da Bancada do governo para criar aqui as condições de começarmos a apurar determinadas situações que não contribuem para este Parlamento. Acho que chegou a hora de esta Casa se dar ao respeito. Não é um ou outro da Oposição ou do governo.

Tenho muita alegria e satisfação, deputados Carlos Geilson e Bruno Reis, V.Ex^{as} que nos fazem muita oposição, em dizer que um dos deputados com quem tivemos grandes embates nesta Casa foi o deputado Gildásio Penedo, porém nunca houve um entrevero pessoal. E acho importantíssimo que tenhamos esse convívio.

Eu disse, há pouco, que todo mundo aqui tem família, tem filho, tem pai, tem mãe. E nenhum de nós vai gostar que o outro... Tenho um sentimento por Bruno, que está aqui, como tenho sentimento por qualquer membro da minha Bancada, se eu vir que ele está sendo agredido de forma injusta. Esse sentimento de defesa da Casa deve prevalecer porque disputas vão acontecer. A política gira, a política roda, e sabemos as dinâmicas, como acontecem, principalmente no processo democrático em que vive o Brasil, que é o mais longo da democracia e sua história. Então, parabéns a V.Ex^a, que terá todo o nosso apoio.

Queria fazer um pedido a V.Ex^a. Há pouco, vi o deputado Isidório, que teve um entrevero com o deputado Luciano Simões. Acho que é preciso que sentemos. Conheço o trabalho que é realizado lá pelo deputado Isidório. Alguém pode dizer que é determinada técnica, que falta isso, que falta aquilo. Acho que a gente deve olhar muito o que foi construído. Olhar o que falta é fácil, mas eu tenho convicção de que os 1.100 homens e mulheres que estão lá, tenho certeza de que, pelo menos, esses

estão sendo cuidados e distanciados das drogas.

Vou pedir até ao deputado Leur que faça a intermediação com o radialista Mário Kertész para que haja a possibilidade do esclarecimento sobre o assunto e nós evitemos que não avance do nível a que chegou e que não seja ampliado nesta Casa, até porque acho que é possível se chegar a um nível de esclarecimento que traga condição de vermos esse assunto, pelo menos, debelado em parte.

Fica aqui o nosso apoio como Bancada do governo às atitudes de V.Ex^a, e que possamos cada dia entender mais quais são os nossos desígnios na vida pública.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, realmente, vou respeitar a ausência do deputado Targino, porque não gostaria de falar na sua ausência, mas também tive informação de que o discurso do deputado Sargento Isidório...

Tendo em vista a ausência do deputado Targino, eu não vou responder a esse discurso. Realmente, aqui há muitas coisas impublicáveis no *Diário Oficial* e na internet. Tive informações também de que o deputado Sargento Isidório fez um discurso muito pesado contra o radialista Mário Kertész. Peço à Taquigrafia que não publique o discurso do deputado Targino até a Presidência lê-lo, e depois ver as coisas que têm que ser retiradas. Chamar o governador do Estado, eleito pelo povo, de desgraçado é uma coisa inaceitável num Parlamento.

Quero dizer apenas o seguinte: um deputado me informou que o deputado Sargento Isidório também fez um discurso pesado contra o radialista Mário Kertész. Peço vênha a V.Ex^a porque não tive tempo de ler o seu discurso. Também vou pedir que não publiquem o seu discurso para que eu possa lê-lo, porque, também, se contiver palavras impublicáveis, vou mandar retirá-las.

Mas veja bem, deputado, a *Metrópole*, compete a V.Ex^a abrir um processo, ainda não vi o discurso de V.Ex^a. Primeiro, porque eu conheço o trabalho de V.Ex^a. Conheço o trabalho do deputado Sargento Isidório, é um dos trabalhos mais respeitáveis e dignos que eu conheci na vida. Estive conhecendo a Casa Dr. Jesus, é um trabalho fantástico e quem o conhecer saberá que é um trabalho maravilhoso. Agora, não posso usar dois pesos e duas medidas.

Não ouvi o discurso de V.Ex^a. Vou pedir à Taquigrafia que não publique os discursos do deputado Targino Machado e do deputado Sargento Isidório, para que eu possa lê-los, e amanhã trarei uma posição.

Expressões ofensivas mandarei retirar das notas taquigráficas. Um deputado ou cidadão pode gostar ou não do governador do Estado, mas tem que respeitá-lo. Também pode dizer que os professores tem-se distanciado do deputado Zé Neto, porém sem usar termos ofensivos.

Deputado Isidório, não estou censurando o discurso de V.Ex^a. Só estou pedindo à Taquigrafia que não publique os dois discursos enquanto eu não os ler e levar para a Mesa Diretora. E as palavras ofensivas serão retiradas.

Quero registrar que o presidente da Assembleia não tem o poder de punir deputado, por isso vamos criar o Conselho de Ética, que terá o poder de aplicar punições de repreensão, suspensão e afastamento definitivo.

V.Ex^a sabe do apreço que lhe tenho, conheço o seu trabalho, sou testemunha do trabalho sério que faz. Agora, se o jornal *Metrópole* ofendeu V.Ex^a, compete-lhe responder em alto nível ou processá-lo. Não compete à Casa baixar o nível.

Então, determino que a Taquigrafia não publique os discursos, todos os do deputado Targino Machado e o de V.Ex^a, deputado Sargento Isidório, para que eu possa lê-los e levá-los à Mesa Diretora, que tomará uma posição.

Não estou dizendo que V.Ex^a fez alguma coisa, só estou pedindo sua compreensão, porque não posso usar dois pesos e duas medidas. Um deputado até o elogiou, mas disse que V.Ex^a foi muito ofensivo com o radialista Mário Kertész.

Não mandei retirar o discurso do deputado Targino Machado agora em consideração à ausência dele, e não posso julgar V.Ex^a, porque não ouvi o seu discurso.

Deputado, não estou entrando no mérito das ofensas que o jornal fez a V.Ex^a. Processe o jornal, V.Ex^a tem poder para isso. Eu mesmo estou processando, agora, o Sindicatos.

Se o jornal ofendeu V.Ex^a não lhe compete vir à tribuna e retribuir as ofensas na mesma altura, porque aqui é um Parlamento, e há palavras que ferem o decoro parlamentar.

Deputado Isidório, peço a sua compreensão. V.Ex^a, sem dúvida alguma, é um deputado muito equilibrado. É um brincalhão, acha-se doido, mas de doido V.Ex^a não tem nada, pelo contrário, V.Ex^a é inteligentíssimo.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, desde o primeiro momento em que V.Ex^a nos colocou a necessidade de instalarmos o Conselho de Ética nesta Casa que nos colocamos favoravelmente, porque entendemos que esse Conselho já deveria ter sido instalado no âmbito desse Poder há muito tempo.

Mas o que observo, Sr. Presidente, é que está havendo um desvirtuamento: não tem nada a ver a instalação do Conselho de Ética com o que um parlamentar fala da tribuna desta Casa.

Aquele local ali, a tribuna, é sagrado. Ninguém pode censurar e previamente se utilizar, pelo que me parece, de um instrumento para inibir o que cada um vai falar naquela tribuna. O Regimento desta Casa tem o remédio para aquilo que se considere ofensivo. Aliás, sempre foi assim neste Parlamento. No momento em que algum parlamentar se utiliza de termos que sejam considerados ofensivos, o presidente da Assembleia tem o poder regimental de mandar retirar das notas taquigráficas a pretensa ofensa. Agora, não se pode tentar com a criação e a instalação do Conselho de Ética coibir ou inibir a palavra de qualquer deputado na tribuna, porque ela é inviolável.

Portanto, quero deixar aqui este registro e dizer que a Oposição vai indicar os membros para compor o Conselho de Ética, mas vejo que não deve ter relação entre a instalação dele com aquilo que o parlamentar fala da tribuna desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para responder ao deputado Paulo Azi. Deputado, V.Ex^a foi feliz na colocação. O Conselho de Ética não é para proibir deputado de discursar naquela tribuna ofendendo. O Conselho de Ética é para julgar as pessoas que ferem o decoro. Se um deputado chegar naquela tribuna e ofender um parlamentar, este que se sentir ofendido pode recorrer ao Conselho de Ética. O Conselho de Ética é para preservar o Parlamento nas questões éticas. Jamais vou proibir um deputado de utilizar da sua tribuna. Ele inclusive tem o direito de criticar o presidente, e eu sou obrigado a segurar a palavra dele. Só não quero que esta Casa seja uma tribuna para ser utilizada em ofensas a pessoas. Estou falando em relação ao radialista Mario Kertész, ao governador Jaques Wagner, como também falaria quanto aos ex-governadores Paulo Souto e César Borges. Palavras ofensivas compete ao presidente retirar. E, se o deputado se sentir ofendido por qualquer colega achando que este feriu o decoro e a ética, ele recorre ao Conselho de Ética. Se o deputado colocou naquela tribuna moedas dizendo que os deputados se venderam, acho que ali está ferindo o decoro parlamentar e compete ser julgado pelo Conselho de Ética. Se o deputado cometeu qualquer irregularidade fora deste Parlamento, também compete ao Conselho de Ética julgar.

Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, na verdade eu ouvi atentamente o deputado Paulo Azi, brilhante nos seus comentários e na sua intervenção, mas o que temos sentido no âmbito desta Casa, todos os parlamentares, não são pequenas palavras que são pejorativas. É o comportamento de parlamentares perante os outros, perante o governador, perante qualquer pessoa. Tenho questionado isso insistentemente porque percebo que em algum momento as coisas podem sair do âmbito daquela tribuna e ir para a agressão física. Tenho percebido isso aqui na conversa com os parlamentares. Concordo que aquela tribuna é intocável, mas não se está falando de palavras de baixo calão ou dum sentido pejorativo. É do comportamento extremamente ofensivo e agressivo contra os parlamentares desta Casa. Nisso V.Ex^a está com toda a razão na instalação do Conselho de Ética, com o nosso apoio do PSDB total e irrestrito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu sou apenas presidente. O que quero e vou cumprir é a instalação do Conselho de Ética. O que é ético e antiético compete ao Conselho julgar. Não sou eu que vou julgar. O que não vou aceitar aqui é por ser maioria perseguir a minoria ou que esta fique inibida nas suas colocações isso jamais vou aceitar enquanto eu for presidente, pois os mesmos direitos e os mesmos deveres têm a Minoria e Maioria; cada qual com seus votos, cada qual com sua relação de força. Todos me conhecem e sabem que jamais permitirei isso.

O Conselho de Ética é uma cobrança da sociedade. O presidente tem o poder, conforme o art. 41, XXIV, de promover a publicação dos debates na Assembleia na ordem cronológica da sua ocorrência, não permitindo a publicação de expressões antiparlamentares.

Isso compete ao presidente.

Mas quem julgará o que é ético, antiético e ofensivo é o conselho e não eu.

Como presidente, o que não vou permitir é que um cidadão que, por um acaso, seja minoritário, seja perseguido pelo conselho. Jamais permitirei isso. Enquanto for presidente desta Casa, podem ter a certeza que não permitirei isso.

Não posso aceitar que um deputado diga a um outro deputado que não pode encostar no corpo dele por problema higiênico. Este é um fato inacreditável. Estou aqui há 22 anos e nunca vi um fato como este.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, V.Ex^a tem sido muito moderado. Mas com o avanço da tecnologia, V.Ex^a sabe que só tirar palavras de notas taquigráficas não adianta, porque a sociedade ouviu e viu. Existe a *TV Assembleia*. Então o remédio não poderá ser este.

Sr. Presidente, o que não podemos é viver situações como esta. Inclusive, respeito a intelectualidade do deputado Targino Machado. É uma pessoa estudiosa e se dedica ao Parlamento. Mas ele não pode chegar a esta tribuna e chamar o deputado Zé Neto para brigar como ele mesmo disse: aqui dentro ou lá fora e escolher a arma. No dia em que ele fizer isso comigo – sou filho de uma pessoa que já peguei baleada duas vezes – irei para as armas, Sr. Presidente. Então, pode ocorrer um acidente.

V.Ex^a tem de conter este homem aqui neste Parlamento, porque não vou ficar ouvindo este tipo de desafio. As coisas estão exageradas. Já houve, aqui, a apresentação de dinheiro em plenário. Penso que a Mesa desta Casa foi, não direi leniente, mas omissa quando pensou que não deveria discutir o fato. Inclusive, o nosso companheiro J. Carlos, que é do meu partido, foi omissos nisso, pois aquilo não poderia ter acontecido. Não podemos chegar a esta situação de enfrentamento aqui dentro.

O deputado Targino Machado tem de respeitar as pessoas. Não vejo o deputado Zé Neto menos homem ou mais homem do que Targino Machado. Mas, aqui, não é casa para se fazer desafios. E concordo com V.Ex^a.

Deputado Paulo Azi, tenho muito respeito por V.Ex^a, pois é um dos deputados mais educados e mais preparados desta Casa. V.Ex^a tem de saber que esta tribuna é inviolável diante da Justiça, mas não diante de nós. Nenhum deputado pode chegar aqui quebrando o decoro parlamentar.

Nunca vi um exagero como este. Uma pessoa não pode ser tão agressiva como o deputado Targino Machado tem sido. Se ele estivesse aqui, diria na frente dele. V.Ex^a já viu o meu comportamento diante dele. Inclusive estou vindo de Recife, estava em negociação no Sindicato dos Eletricitários. Porém fiquei muito frustrado em ouvir e ver que ninguém fez nada com o fato de um deputado chamar outro deputado para brigar lá fora e escolher as armas para o duelo que quisesse.

Sr. Presidente, onde iremos chegar?

Alguma medida terá de ser tomada. Nesse sentido, quero ponderar, deputado Paulo Azi. V.Ex^a é um dos deputados a quem mais respeito nesta Casa e V.Ex^a sabe disso, pois é um deputado educado, sincero, um dos mais preparados e não pode admitir este tipo de atitude.

Nós fomos Oposição nesta Casa e nunca fizemos esse tipo de intervenção. Aqui não existe mais homem nem mais mulher do que ninguém. Agora, o comportamento do deputado Targino Machado, já chegaram a me dizer: tenha cuidado com esse homem porque ele é perigoso. Eu não tenho medo de homem perigoso. Estou dizendo isso de forma muito clara. Não quero ser ameaçado nesta Casa, porque no dia que eu for ameaçado, posso fazer uma besteira. Então, V.Ex^a tome alguma medida, porque não dá para continuarmos da forma como está.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder a palavra a dois que estão inscritos para encerrar, todo mundo sabe aqui do apreço e da admiração que tenho pelo deputado Targino Machado. Mas reconheço, e já o chamei para conversar diversas vezes, fazendo um apelo, porque aqui na Casa existem aliados e adversários. O aliado de hoje é o adversário de amanhã; o adversário de hoje é o aliado de amanhã. Nós temos que respeitar todos aqui nesta Casa. Todos aqui são eleitos pelo povo com o único objetivo de servir a sociedade.

O deputado Paulo Rangel tem toda a razão. O presidente só tem o poder de mandar retirar as notas taquigráficas, mas não posso mandar tirar o som que já foi emitido pela televisão, principalmente quando a *TV Assembleia* for canal aberto, que será no segundo semestre.

Lembro-me muito bem do deputado Isaac Marambaia nesta Casa. Um deputado da oposição fez uma crítica muito construtiva, uma crítica contundente, e ele aceitou. Quando o deputado passou do ponto, o presidente mandou retirar das notas taquigráficas, e ele disse: olhe, isso não resolve mais a minha vida, porque quem estava na galeria viu que fui ofendido.

Então o que temos que conter são as pessoas que não têm preparo intelectual, principalmente emocional, para exercer o seu papel. O deputado Zé Neto, quero registrar, e o deputado Paulo Azi são líderes de dois blocos, eu não vi aqui nenhum deputado ofendendo o outro. O deputado Zé Neto, todo mundo sabe do seu temperamento, parece que fizeram uma transfusão de sangue depois que ele passou a ser Líder; de mente. Ele passou a ser, depois que é Líder, um homem educado, um homem conciliador, um homem muito atuante naquilo em que ele acredita que é o debate. Isso que é a verdade.

Talvez o deputado mais próximo do deputado Targino Machado aqui sou eu. Sou padrinho de casamento dele. Tenho uma relação pessoal com ele, mas reconheço que ele está passando do ponto. Não é possível que todo dia tenha aqui uma ofensa. Então, a minha parte eu farei. Vamos instalar o Conselho de Ética, e compete ao conselho decidir o que fazer. Só não vou permitir que um bloco minoritário seja penalizado porque tem minoria. Isso aí os senhores podem ficar tranquilos que enquanto eu for presidente isso não acontecerá.

Questão de ordem do deputado Elmar.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, em primeiro lugar, estão confundindo as coisas. O artigo aqui é bem claro do poder que tem a Presidência em retirar qualquer expressão antiparlamentar. Agora, defasado, porque no regime que vivemos hoje, com a tecnologia que tem hoje, não tem como retirar o vídeo do que é transmitido

pela Assembleia. Então é impossível, não adianta mais nada disso.

Eu queria chamar a atenção desta Casa para duas coisas. Quando entrei nesta Casa, um dos melhores parlamentares que já assisti na Assembleia Legislativa, o mais preparado, o mais qualificado era o deputado Emiliano José. E assisti, em diversas oportunidades, o deputado Emiliano José chegar dali da tribuna para chamar o senador Antônio Carlos de chefe de quadrilha, as pessoas aqui são minhas testemunhas, e nós nunca fizemos esse escândalo todo por, esse negócio todo por conta desse tipo de coisa.

Aqui nesta Casa estamos vivendo num convento, nunca vi tapa, e já teve. Já teve tudo quanto é tipo de coisa. O deputado Targino Machado no início foi ao governo, esteve lá para acertar o Partido, participar do governo, a única coisa que digo é o seguinte, e um dia pode até ser que ele esteja, de lá para cá, ele não vai fazer o que ele faz aqui. Nós deputados da Oposição somos poucos, agora o que ele faz com vocês não vai fazer conosco. Há coisas que, realmente, passam dos limites, mas não tem jeito, não é o presidente que vai tomar atitude, aquela tribuna é inviolável.

O deputado mais asqueroso que existe no Brasil é um tal de Bolsonaro, que só faz porcaria, xinga e agride os outros. Chega na tribuna e agride... Quiseram que o Conselho de Ética, na Câmara Federal, o punisse, mas o Supremo decidiu que a tribuna é inviolável, que faça o que ele fizer, ali ele é inviolável.

Então, acho que podemos ter uma conversa, não passar dos limites... Acho que não se deve ofender colega. Agora, eu mesmo já fiz e faria pior, porque jornalista também tem que ter responsabilidade. Apanha, difama, injuria, mas se fizesse comigo o que fizeram com o deputado Isidório, hoje eu faria pior. Acho que ele reagiu pouco. Tem jornalista de bem, tem homem de bem e tem gente que não tem responsabilidade, faz acusação leviana, injuria, difama... E vai reagir aonde se eles não dão espaço? O único espaço sagrado que tem é aquela tribuna.... Fez bem, se fosse comigo eu teria feito pior. Porque o que fizeram com esse rapaz aqui... o sujeito cuidar de drogado, e fazerem o que fizeram com ele?! Ainda foi pouco a forma como ele reagiu. Eu acho que quem xinga, quem fala o que quer tem que estar preparado para ouvir o que não quer. Quem faz uma injúria, uma difamação, tem que estar disposto a levar uma bofetada na cara. Tem que estar disposto também a levar esse tipo de coisa. Quem respeita é respeitado.

Infelizmente não vejo como que V.Ex^a vai poder... Agora, código de ética... Não podemos ficar na contramão da sociedade. Temos que ir lá. Mas o que a sociedade quer saber de ética é com relação a outros tipos de conduta. Acho que devemos conversar.

Há uma solução: não estão levando o PSC? Quem sabe se eles não o levam para a base? (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Júnior. (Pausa) Com a desistência...

Srs. Deputados, gostaria de propor, por acordo de lideranças entre os deputados Zé Neto e Paulo Azi, transformar a sessão de quinta-feira de Ordinária em Especial, já que está agendada uma sessão especial para este dia. Assim, os deputados ficam

liberados da sessão ordinária, exceto aqueles que queiram vir para a sessão especial. Haverá uma sessão especial importantíssima na quinta-feira, e os Srs. Deputados que aprovem essa transformação de Ordinária para Especial permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*